



EDUCAÇÃO & APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

2020

Palavra do Presidente	09	Capítulo 4	43
Introdução	11	Análise do Projeto Piloto: concepções, estrutura e organização da Proposta Pedagógica da Educação ao Longo da Vida para a Pessoa com Deficiência Intelectual	
Capítulo 1	12	Capítulo 5	60
Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida: marcos legais, conceituais e históricos		Orientações para a implantação do Programa de Educação ao Longo da Vida para a Pessoa com Deficiência Intelectual na Rede Mineira das Apaes	
Capítulo 2	19	Considerações Finais	84
Trajетória do Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida nas Apaes de Minas Gerais		Referências	85
Capítulo 3	29	Anexos	90
Compartilhando a experiência do Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida			

Lista de figuras

Figura 01 –Metodologia de Reconhecimento de Saberes	22
Figura 02 –Ficha do Perfil do Estudante do Projeto Piloto de ELV	23
Figura 03 –Plano de Ação Pedagógica do Projeto Piloto de ELV	25
Figura 04 –Mapa de Aprendizagem do Projeto Piloto de ELV	26
Figura 05 –Metodologia de Reconhecimento de Saberes	35
Figura 06 –Mapa de Aprendizagem	36
Figura 07 –Centralidade da proposta pedagógica	46
Figura 08 –Metodologia de Reconhecimento de Saberes adotada para implantação do Programa de ELV	51
Figura 09 –Detalhamento do Mapa de Aprendizagem do Programa de ELV	55
Figura 10 –Detalhamento do Mapa de Aprendizagem do Programa de ELV	57
Figura 11 –Sala ambiente da ELV na Apae de Belo Horizonte	67
Figura 12 –Sala ambiente da ELV na Apae de Pará de Minas	67
Figura 13 –Panorama Geral da ELV	69

Lista de quadros

Quadro 01 –Caracterização das turmas participantes	31
Quadro 02 –Roteiro de investigação dos Projetos de Vida	37
Quadro 03 –Temas de atividades pedagógicas	38
Quadro 04 –Caracterização do Programa de ELV	62

Organização

Maria do Carmo Menicucci
Fabiana Silva Zuttin Cavalcante

Elaboração

Fabiana Silva Zuttin Cavalcante

Apoio à elaboração

Sérgio Sampaio Bezerra
Júlia Campolina
Márcia Moreira Veiga

Revisão

Maria Beatriz Gonçalves
Paula Zaidan

Diagramação

Inácio Mariani

AGRADECIMENTO

Aos gestores e professores das Apaes de Belo Horizonte e Pará de Minas e à equipe do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa – UNIAPAE-MG.

DEDICATÓRIA

Aos estudantes com deficiência intelectual e familiares das Apaes de Belo Horizonte e Pará de Minas e parceiros da instituição e da comunidade participantes do Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Prof. Jarbas Feldner de Barros

Vice-Presidente: Gláucia Aparecida Costa Boaretto

2º Vice-Presidente: Cleverson Ferreira da Silva

1ª Diretora Secretária: Maria Rozilda Gama Reis

2ª Diretora Secretária: Lúcia Helena Gesteira Couto de Freitas

1ª Diretora Financeira: Judith Maria de Magalhães Monteiro

2º Diretor Financeiro: João Bosco Pinto Monteiro

1º Diretor Social: Alex Abadio Ferreira

2ª Diretora Social: Maria Paula Aliberti Rodrigues dos Reis

Diretor de Patrimônio: Adnilson Marins dos Santos

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Pedro Rogério Gonçalves

Maria das Graças Oliveira

João Braga Couto

Membros Suplentes

Sandro Cataldo da Mota

Isamin Couto Gonçalves Coelho

Douglas Volsi Rodrigues

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alto Paranaíba I - Sede: Serra do Salitre

Roberta Alves Borges Pacheco

Alto Paranaíba II - Sede: Presidente Olegário

Meira José da Fonseca Pinheiro

Alto do Rio Pardo - Sede: Salinas

Haya Carolina de Souza Araújo

Campo das Vertentes - Sede: São Vicente de Minas

Renata Arantes Villela

Centro I - Sede: Itabirito

Débora Gontijo Labory

Centro II - Sede: Curvelo

Celmi Buitrago Aquino

Centro IV - Sede: Igarapé

Armando Cândido Gomes

Centro V - Sede: Pedro Leopoldo

Isabel Cecília de Oliveira Lopes

Centro Oeste I - Sede: Arcos

Adriana de Souza Couto

Centro Oeste II - Sede: Itaúna

Geórgia Stefânia Duarte Chaves Mendonça

Centro Oeste III - Sede: Bom Despacho

Maria Celeste de Paulo

Circuito das Águas I - Sede: Lambari

Vera Nilce Maia Gonçalves

Circuito das Águas II - Sede: São Lourenço

Eduardo Gonçalves

Circuito das Malhas - Sede: Borda da Mata

Gláucia Brandão Guilherme

Médio São Francisco - Sede: Januária

Maria do Amparo Pereira Dias

Noroeste Mineiro - Sede: Paracatu

Maria Aparecida Aguiar Adjuto

Norte I - Sede: Montes Claros

Eliete Veloso Silva e Oliveira

Norte II - Sede: Janaúba

Railda Rosa de Oliveira

Sudoeste I - Sede: Passos

Terezinha de Lourdes Pereira

Sudoeste II - Sede: Perdões

José Ricardo Pereira de Lima

Sul I - Sede: Ipuiuna

Regina Maris Munis Zanetti

Sul II - Sede: Três Pontas

Nuno Augusto Alves

Três Vales - Sede: Minas Novas

Márcia Geralda Lourenço Fernandes Guedes

Triângulo Mineiro I -

Sede: Monte Alegre de Minas

Cláudia Arantes Rodrigues Félix

Triângulo Mineiro II - Sede: Frutal

Vilma Paula Machado

Vale da Eletrônica - Sede: Maria da Fé

Decézary Augustto Guedes

Vale do Aço I - Sede: Santa Maria de Itabira

Claudilene Araújo Crispim

Vale do Aço e Rio Doce -

Sede: Governador Valadares

Antônio Anício de Assis

Vale do Suaçuí - Sede: Sabinópolis

Geneci Ferreira dos Santos Barroso

Vale do Mucuri - Sede: Nanuque

Cláudia Onofre

Vale do Jequitinhonha - Sede: Araçuaí

Eunice Maria Tanure Jardim

Vale do Piranga - Sede: Ponte Nova

Nivea Andrea Ferreira

Zona da Mata I - Sede: Ubá

Valdênia Gomides Dutra

Zona da Mata II - Sede: Manhuaçu

João Pessoa Cunha

Zona da Mata III - Sede: Leopoldina

Maria Célia Morais de Oliveira

Zona da Mata IV - Sede: Carangola

Maria Emília Martins Baroni

CONSELHO CONSULTIVO

Eduardo Barbosa

Fernando da Mota (in memoriam)

Luiza Pinto Coelho

Sérgio Sampaio Bezerra

AUTODEFENSORES ESTADUAIS

Jhony Geraldo dos Santos (Efetivo)

Larissa Batista da Silva (Efetiva)

Amanda Aparecida Figueiredo (Suplente)

**EQUIPE DA FEDERAÇÃO DAS APAES DO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Procuradora Jurídica

Maria Tereza F. B. A. Cunha

Assessor Jurídico

Gustavo Henrique Duarte Silva

**Coordenadora do Núcleo de Atendimento
às Filiadas - Sala de Soluções**

Janaína Cristina Luiz Vieira

**Assistente do Núcleo de Atendimento
às Filiadas - Sala de Soluções**

Nayara Pereira

Assessor de Diretoria

Milton Gontijo

Coordenadora Administrativo-Financeira

Ana Paula Medeiros Izidoro

Gerente Financeira

Jaqueline de Oliveira S. Marinato

Gerente Administrativa

Fernanda Nunes de Oliveira

Analista Administrativa

Carolina Menicucci de Almeida

Auxiliar Administrativo

Johnathan Castro Vieira

Auxiliar Administrativo

Alisson Vinícius Silva

**EQUIPE DO INSTITUTO DE ENSINO E
PESQUISA DARCI BARBOSA – UNIAPAE-MG**

Superintendente

Sérgio Sampaio Bezerra

**Coordenadora da Unidade
Apaes Consultoria**

Natália Lisce Fioravante Diniz

Consultora da Unidade Apaes Consultoria

Maria Juanita Godinho Pimenta

Consultora da Unidade Apaes Consultoria

Bruna Morato Israel

Consultor da Unidade Apaes Consultoria

Julio César Duarte Teixeira

**Coordenadora da Unidade Sistema
Integrado de Gestão de Apaes (SIGA)**

Marli Duarte Silva

**Coordenadora da Unidade Uniapae-MG
Ensino e Pesquisa**

Maria do Carmo Menicucci

**Consultora da Unidade Uniapae-MG
Ensino e Pesquisa**

Fabiana Silva Zuttin Cavalcante

Assessora de Projetos

Maíra Calabria

Assessora de Marketing

Luisa Senna

Palavra do Presidente

Caros(as) amigos(as) da Rede Mineira das Apaes,

A Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais (Feapaes-MG), por meio do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa – Uniapae-MG (IEP Uniapae-MG), com o compromisso de orientar e organizar ações nas Apaes mineiras, tem a honra de apresentar este documento para o setor educacional das entidades. Utilizando-o como guia das ações, nossa intenção é implantar, de forma gradativa, o Programa de Educação ao Longo da Vida para jovens e adultos com Deficiência Intelectual (DI) nas trinta (30) Apaes indicadas pelos Conselhos Regionais.

Este documento foi elaborado pela equipe da unidade de ensino e pesquisa do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa – Uniapae-MG a partir de uma pesquisa-ação realizada por meio de um Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida (ELV) nas Apaes de Belo Horizonte e Pará de Minas no período de 18 meses. Tem a finalidade de descrever o processo de construção de um programa baseado no conceito de ELV para atender às demandas de jovens e adultos com Deficiência Intelectual que necessitam de apoios intermitentes e/ou limitados¹ nos momentos de transição de alguma fase da vida, principalmente que no tange à definição de seus Projetos de Vida.

¹ Intermitente: caracterizado por sua natureza episódica ou de curto prazo. Pode ser de baixa ou alta intensidade | Limitado: caracterizado pela consistência ao longo do tempo, limitados no tempo, mas não de natureza intermitente (AAMR, 2006).

Originado de uma construção coletiva, participativa e colaborativa, esta publicação elucida uma proposta pedagógica em que a centralidade são os Projetos de Vida dos estudantes com Deficiência Intelectual, despertando nessas pessoas o protagonismo quanto às próprias escolhas de vida, e possibilitando o desenvolvimento de habilidades, novos aprendizados e uma transformação social desses estudantes. Essa proposta pedagógica parte das necessidades educacionais e sociais da pessoa com DI apontando as diretrizes para organização e funcionamento desse Programa de Educação ao Longo da Vida, além de legislações que regulamentam o direito de educação e aprendizagem ao longo da vida.

Para melhor entendimento de todos(as), o documento foi organizado da seguinte forma: **Introdução; Capítulo 1 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida: marcos legais, conceituais e históricos; Capítulo 2 - Trajetória do Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida nas Apaes de Minas Gerais; Capítulo 3 - Compartilhando a experiência do Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida; Capítulo 4 - Análise do Projeto Piloto: concepções, estrutura e organização da Proposta Pedagógica da Educação ao Longo da Vida para a Pessoa com Deficiência Intelectual; Capítulo 5 - Orientações para a implantação do Programa de Educação ao Longo da Vida para a Pessoa com Deficiência Intelectual na Rede Mineira das Apaes; Considerações Finais; Referências e Anexos.**

Espero que vocês, profissionais das 30 Apaes mineiras indicadas para essa implantação gradativa de ELV, façam excelente uso deste documento, que foi elaborado com muito carinho e esmero por pessoas que considero extremamente qualificadas. Essa equipe, assim como vocês, luta diariamente pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Boa leitura e ótimo trabalho a todos(as)!

Prof. Jarbas Feldner de Barros

Presidente da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais

Introdução

A Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais (Feapaes-MG), por meio do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa – Uniapae-MG (IEP Uniapae-MG), iniciou, em fevereiro de 2018, um processo de reflexão sobre o conceito de Educação ao Longo da Vida e sobre as condições necessárias para a implantação de um programa, com a finalidade de atender às necessidades dos sujeitos com Deficiência Intelectual que necessitam de apoios intermitentes e/ou limitados, no âmbito da Rede Mineira das Apaes.

Atualmente, a Federação das Apaes de Minas Gerais congrega aproximadamente 450 Apaes, distribuídas, geograficamente, em 36 Conselhos Regionais.

Em 2009, a Federação criou a Unidade Mineira da Universidade Corporativa da Rede Apae (Uniapae-MG), hoje transformada em Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa (IEP), que tem a responsabilidade de prospectar novas tecnologias sociais e de capacitar, continuamente, os profissionais da Rede.

O IEP é o braço acadêmico da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, constituindo um espaço de reflexão e de construção de novos saberes sobre a Deficiência Intelectual, por intermédio do fomento à pesquisa, da oferta de formação continuada por meio de cursos a distância e presenciais e da organização de eventos. Além disso, busca subsidiar o trabalho das instituições filiadas, oferecendo assessoramento e

consultoria, além de elaborar e de publicar materiais técnicos atualizados acerca dos temas de interface com os serviços e as ações por elas executadas.

Para consecução desses objetivos, o IEP se organiza em três unidades executivas: Unidade de Ensino e Pesquisa, Apae Consultoria e Sistema Integrado de Gestão das Apaes – SIGA.

Este documento pretende não só descrever a experiência do Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida, que foi elaborado, monitorado e coordenado pela equipe da Unidade de Ensino e Pesquisa do IEP, mas estabelecer diretrizes que subsidiarão o processo de implantação gradativa do Programa de Educação ao Longo da Vida em pelo menos uma Apae em cada Conselho Regional previsto para 2020. Essa nova etapa contará com o apoio da unidade SIGA, que visa ao treinamento em serviço, garantindo uma capacitação prática na implementação do Programa.

Assim, o presente documento visa estabelecer diretrizes e ações para a organização e o funcionamento de um Programa de Educação ao Longo da Vida para a Pessoa com Deficiência Intelectual que necessita de apoios intermitentes e/ou limitados, no âmbito das Apaes de Minas Gerais.

A seguir, abordaremos a temática da Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, a partir de um enquadramento teórico, histórico e legal.

Capítulo 1

Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida: marcos legais, conceituais e históricos

À Educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele (DELORS, 1996, p. 89).

A Educação ao Longo da Vida (ELV) é um assunto que vem sendo debatido em diversos países, sendo que, no Brasil, os estudos sobre o tema ainda são incipientes.

Um grande marco para essa temática foi a publicação do relatório denominado “Educação: um Tesouro a Descobrir”, conhecido como Relatório Delors (DELORS et al., 1996), elaborado em 1996 pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, por demanda da UNESCO. Fruto de aproximadamente três anos de estudos, discussões e reuniões da referida Comissão, presidida por Jacques Delors, esse relatório traz reflexões e direcionamentos sobre os desafios da educação frente ao novo século e apresenta uma concepção de educação que revela o valor da aprendizagem ao longo da vida, atendendo às necessidades dos indivíduos e da sociedade.

Para Borges (2016, p.12), a análise desse documento demonstra “o caráter de responsabilidade da educação para a formação do cidadão necessário ao século XXI, sob a perspectiva da UNESCO, bem como a influência que estas concepções exercem sobre as políticas educacionais elaboradas no Brasil e em outros países”.

Neste capítulo, faremos uma interface dos conceitos de educação e de aprendizagem ao longo da vida com a legislação pertinente, destacando os que abordam tal concepção.

O Relatório Delors conceitua Educação ao Longo da Vida como “uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir”. Essa proposta visa auxiliar a pessoa “a tomar consciência de si própria e do meio que a envolve e a desempenhar o papel social” que lhe cabe na comunidade (DELORS

et al., 1996, p. 18). Segundo os autores, esse conceito constitui uma das chaves responsáveis por abrir as portas de acesso ao século XXI, oferecendo e dando respostas aos desafios do mundo, que se encontra em rápida transformação.

O conceito de Educação ao Longo da Vida aproxima-se de outro conceito, denominado “sociedade educativa”, que considera as oportunidades para aprender e desenvolver os talentos. Nesta sociedade, de acordo com o autor, “são oferecidas múltiplas oportunidades de aprender, tanto na escola quanto na vida econômica, social e cultural”. Além disso, há a necessidade de se estabelecerem negociações e parcerias com as famílias, bem como com “o meio econômico, o mundo associativo, os atores da vida cultural etc” (DELORS, 2010, p. 35). Em suma, esses conceitos retratam que todas as pessoas têm direito de acesso às oportunidades de aprendizagem oferecidas pela sociedade, reafirmando os pressupostos da educação inclusiva e a necessidade emergencial de enfrentar esse novo paradigma, principalmente no que tange à inclusão das Pessoas com Deficiência Intelectual, o que se traz como um grande desafio para a sociedade contemporânea.

A formação ao longo da vida prepara o indivíduo para as inovações e as modificações da sociedade em que vive, como, por exemplo, os avanços desenfreados das tecnologias, as di-

versas exigências do mundo do trabalho, as diversidades em ascensão e todas as demais situações de novidade que exigem a adaptação do sujeito frente às demandas da sociedade (BORGES, 2016).

Nesse sentido, os projetos educacionais que visam à formação dos indivíduos nessa perspectiva de educação e de aprendizagem ao longo da vida devem levar em consideração os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Delors et al. (2010, p. 30) descreve-os da seguinte forma:

- **Aprender a conhecer:** combinar uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela Educação ao Longo da Vida. Nesse pilar, o sujeito adquire instrumentos de autoaprendizagem e de leitura do mundo.
- **Aprender a fazer:** adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, as competências que tornam a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Além disso, aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho oferecidas aos jovens e adolescentes, seja espontaneamente, na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

- **Aprender a conviver:** desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizando projetos comuns e preparando-se para gerenciar conflitos – no respeito aos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.
- **Aprender a ser:** desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Com essa finalidade, a educação deve levar em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

Outro importante destaque sobre a temática da Educação ao Longo da Vida foi a realização das Conferências Internacionais de Educação de Adultos, promovidas pela UNESCO, que se tornaram conhecidas mais recentemente como CONFINTEAs. A VI CONFINTEA promoveu debates importantes sobre o tema “Educação e Aprendizagem de Jovens e Adultos ao Longo da Vida” (BRASIL, 2009). Em 2016, foi publicada uma Coletânea de Textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas (BRASIL, 2016), documento importante para o estudo dessa temática.

Essas conferências internacionais sobre a educação de adultos, realizadas nos últimos sessenta anos, embora com

foco na Educação de Jovens e Adultos (EJA), “ratificaram a indicação de políticas globais de ensino relacionadas à Educação ao Longo da Vida, inclusive com a produção de importantes documentos técnicos sobre essa temática” (BRASIL, 2016), representando avanços nessa concepção.

Apesar de todos esses avanços e discussões sobre a temática da Educação e da Aprendizagem ao Longo da Vida, torna-se importante destacar uma preocupação em relação à assimilação e à incorporação desse conceito no bojo das propostas educacionais.

De acordo com Rodrigues e Cavalheiro (2015, p. 139), esse conceito está ancorado em três eixos principais de argumentação: “como mecanismo de promoção do respeito às necessidades e diferenças individuais; como instrumento de democratização da educação e como chave de acesso ao século XXI, capaz de promover a participação do sujeito na modernidade global”.

Na última CONFINTEA (VI), ocorrida em Belém, em 2010, o conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida foi indicado como “uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação [...]” (BRASIL, 2010, p. 3). Essa conferência marca a ampliação do conceito de aprendizagem e de educação de adultos como “componente signifi-

cativo do processo de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo um continuum que passa da aprendizagem formal para a não formal e para a informal” e “imperativos para o alcance da equidade e da inclusão social, para a redução da pobreza e para a construção de sociedades justas, solidárias, sustentáveis e baseadas no conhecimento” (UNESCO, 2010, p. 7).

Nesse sentido, a concepção que iremos adotar, no Movimento Mineiro das Apaes, em relação ao conceito de Educação e de Aprendizagem ao Longo da Vida, é possibilitar que as Pessoas com Deficiência Intelectual – PcDI tenham acesso a diversas oportunidades de aprendizagem (não formais, informais e formais), atendendo às mudanças e exigências da sociedade atual e que promovam sua transformação social através do desenvolvimento de habilidades que as direcionem para a construção de caminhos para seus projetos de vida.

Diante do exposto, reformas educacionais, avanços nas políticas públicas que abordam como referencial o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas da nossa sociedade se fazem necessários, para que possamos construir programas e serviços educacionais que possibilitem, aos jovens e adultos com Deficiência Intelectual, oportunidades de aprender de acordo com suas necessidades e diferenças individuais, em diversos contextos de vida.

As discussões acerca dessa concepção de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida nos documentos descritos acima influenciaram as formulações de políticas públicas no campo da educação. No que tange às Pessoas com Deficiência Intelectual, haverá a seguir uma retrospectiva dos marcos legais, demarcando a forma como o conceito de Educação e de Aprendizagem ao Longo da Vida aparece na legislação.

As Pessoas com Deficiência Intelectual, público-alvo da Educação Especial e foco deste documento, têm necessidade emergencial de oferta e de garantia, por parte do Estado, de oportunidades de Educação e de Aprendizagem ao Longo da Vida, com estratégias de formação a elas dirigidas, oferecendo-lhes os apoios necessários para que consigam realizar as transições de algumas etapas de suas vidas e se tornem aptas a atender o máximo possível às exigências sociais da atualidade.

Do ponto de vista legal, esse conceito acha-se inscrito na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência adotada pela ONU, em 13 de dezembro de 2006, assegurando o aprendizado ao longo da vida em seu Art. 24:

Art. 24: Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Par-

tes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: o pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; o máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; a participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre (BRASIL, 2007, p. 29).

A atenção integral ao longo da vida e a articulação interseccional são asseguradas também no Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, na Meta 4, conforme a seguir descrito:

Meta 4 - Estratégia 4.12: promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

O conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida também se encontra descrito na Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, capítulo IV, Art. 27:

Art. 27: A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

E, por fim, o marco legal mais recente, no âmbito nacional, que considera esse conceito foi a Lei nº 13.632/2018, de autoria do Deputado Federal Eduardo Barbosa, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que estabelece as diretrizes e normas da educação nacional, dispondo como princípio o direito de Educação e de Aprendizagem ao Longo da Vida, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial, conforme pode ser visto a seguir:

Art. 1o. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.” (NR)

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida... (NR)

Art. 58.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (NR)

Esse marco legal foi um dos mais importantes propulsores para se pensar e elaborar o Projeto Piloto de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida para as PcDI. No entanto, vale lembrar que a LDB (1996) já situava, em seu Art. 1º, as possibilidades de ofertas de educação para a formação do sujeito, descrevendo que a “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Face ao exposto, fica clara a possibilidade/necessidade de se implantar um Programa de Educação ao Longo da Vida na Rede Mineira das Apaes, uma organização da sociedade civil que, sendo um locus de aprendizagem e de formação para as PcDI, valoriza os conhecimentos adquiridos nas modalidades formal, não formal e informal a fim de prepará-las para o exercício da cidadania.

No que diz respeito à legislação no âmbito estadual, vale a pena destacar a Resolução nº 460/2013, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, que consolidou as normas sobre a Educação Especial na Educação Básica, descrevendo, em seu Art. 25, as possibilidades da existência de programas de educação continuada:

Parágrafo único – A escola especial poderá desenvolver programas de educação continuada, objetivando o pleno desenvolvimento do potencial humano do aluno e garantindo a aquisição e a preservação de habilidades exigidas para a vida comunitária.

Nesse sentido, todas as perspectivas traçadas, sejam do ponto de vista teórico, histórico ou legal, demonstram a necessidade de se construírem novos olhares e sentidos em relação à educação, possibilitando a abertura para propostas e progra-

mas educacionais inovadores, a fim de atender às demandas do século XXI. Uma das soluções encontradas pela Federação das Apaes de Minas Gerais, por intermédio do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa, impulsionada pela promulgação da Lei nº 13.632/2018, foi elaborar um Programa de Educação ao Longo da Vida, através de uma experiência empírica (Projeto Piloto). Essa proposta teve por objetivo proporcionar aos estudantes com Deficiência Intelectual (DI) novas oportunidades de aprendizagem e de transformação de suas vidas do ponto de vista social, para que possam desenvolver habilidades que os direcionem na construção de caminhos para seus Projetos de Vida.

A seguir será descrito como essa proposta foi elaborada e organizada, por meio de um Projeto Piloto desenvolvido em duas Apaes de Minas Gerais.

Capítulo 2

Trajetória do Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida nas Apaes de Minas Gerais

O Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa, vinculado à Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, desenvolveu um Projeto Piloto intitulado “Educação ao Longo da Vida para Pessoas com Deficiência Intelectual”, implantado nas Apaes de Pará de Minas e Belo Horizonte por um período de 18 meses e finalizado em julho de 2019.

Esse Projeto nasceu de uma realidade enfrentada pelas Pessoas com Deficiência Intelectual que, ao concluírem ou ainda estarem em percurso escolar, tinham o desejo de encontrar novas oportunidades de aprendizagem e de apoio para os seus Projetos de Vida, possibilitando sua inclusão e participação na sociedade.

Do ponto de vista histórico, a Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais estabeleceu, desde 2011, um pacto de gestão para testar tecnologias sociais inovadoras com a Apae de Belo Horizonte e a de Pará de Minas, mediante estabelecimento de ações que visam contribuir para o aperfeiçoamento da gestão e da organização de serviços da Rede. Dessa forma,

essas Apaes se transformaram em locus de prospecção de tecnologias inovadoras, voltadas à Pessoa com Deficiência Intelectual. Por essa razão, o Projeto Piloto foi desenvolvido nessas duas instituições.

Na tentativa de ampliar o diálogo sobre essa temática, cabe ressaltar o Seminário Internacional de Educação ao Longo da Vida, evento ocorrido em 2017 na Câmara dos Deputados, em Brasília, e também a realização da Reunião Técnica promovida pela SECADI/MEC em Brasília, no dia 6/3/2018, com o objetivo de apresentar e discutir a proposta desse Projeto Piloto. Essas discussões, juntamente com a promulgação da Lei nº 13.632/2018, impulsionaram a realização desse Projeto Piloto.

Torna-se importante enfatizar que, durante a execução do Projeto Piloto, a equipe do IEP por ele responsável percorreu diversas cidades de Minas Gerais e diversos estados do Brasil, participando de eventos e palestras, em instituições e universidades, com a finalidade de apresentar a Proposta Pedagógica que embasava o referido Projeto. Foram realizadas, ainda,

algumas reuniões com órgãos normativos, como a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e o Conselho Estadual de Minas Gerais, na tentativa de dialogar sobre as possibilidades de garantir a normatização do Programa de ELV no sistema educacional de Minas Gerais.

Nesse sentido, com vistas à normatização desse Programa de Educação ao Longo da Vida, o Conselho Estadual de Educação, CEE/MG, publicou o Parecer nº 610, em 02/08/2018, cuja conclusão se reproduz a seguir:

À vista do exposto, sou por que este Conselho reconheça o Projeto Educação ao Longo da Vida para Pessoas com Deficiência Intelectual, a ser implantado nas Apaes de Pará de Minas e desta Capital, como experiência inovadora e exitosa, de verdadeira importância para o acolhimento e o desenvolvimento do público a que se destina, o qual, por sua relevância, deve ser implantado em outras unidades. As SREs correspondentes deverão encaminhar, a este Conselho, relatório semestral sobre o desenvolvimento do respectivo Projeto. – Eduardo de Oliveira Chiari Campolina, Relator.

Esse Parecer possibilitou a abertura de diversos canais de comunicação. No entanto, ainda se fazem necessários esforços dos órgãos do sistema educacional para a regulamentação e

a efetivação do Programa de ELV como experiência inovadora e exitosa. Segundo Delors (2010, p. 36) “é indispensável que as estruturas de financiamento sejam reexaminadas à luz do princípio segundo o qual a educação deve desenvolver-se ao longo da vida dos indivíduos”.

A seguir, será descrita a Proposta Pedagógica contida no documento base da ELV, que foi elaborado no ano de 2017 e atualizado em março de 2018. Essa proposta inicial foi de suma importância para demarcar a estrutura e a metodologia que iriam ser utilizadas na experiência piloto implementada nas Apaes participantes do estado de Minas Gerais.

Acreditando que o processo de educação e de aprendizagem vai além dos limites formais e institucionais da educação escolar e que a Pessoa com Deficiência Intelectual tem condições de saber mais, de ampliar o seu conhecimento do mundo que a cerca e, portanto, de ser um cidadão mais participativo na sociedade, defendemos que a proposta de Educação ao Longo da Vida seja uma referência para a continuidade do desenvolvimento dessa pessoa como cidadão de direitos, possibilitando que ela construa um Projeto de Vida que esteja de acordo com seus interesses, seus desejos e suas habilidades pessoais e que este possa ser desenvolvido levando em consideração as aprendizagens formais, não formais e informais.

Dessa forma, a Proposta Pedagógica descrita no Projeto Piloto teve como centralidade o(s) Projeto(s) de Vida dos estudantes com Deficiência Intelectual e foi desenvolvida por um(a) professor(a).

A opção metodológica para o desenvolvimento do Projeto baseou-se nos princípios e etapas da Metodologia de Reconhecimento de Saberes: Identificação, Validação e Certificação de Competências (MARTINS, BORDIGNON E AGUIAR, 2016). Essa metodologia foi adotada pelo SESI para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e está fundamentada no conceito de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, estabelecido no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI por encomenda da UNESCO (DELORS, 1996).

No entanto, foram introduzidas algumas modificações no desenho inicial da metodologia proposta pelos autores, adotando as seguintes nomenclaturas: Identificação de Saberes, Validação de Saberes e Certificação de Saberes, substituindo a palavra “competências” por “saberes”, por se entender que se adequava melhor à Proposta Pedagógica nessa fase experimental.

A Metodologia de Reconhecimento de Saberes foi concebida no contexto de um quadro referencial mais vasto da Educação ao Longo da Vida. Constitui um orientador para definir e desenvolver projetos de educação, sendo a base para a definição do itinerário educativo de cada educando.

O fundamento dessa metodologia está em situar o processo de educação com base no que o educando já sabe e nas habilidades que desenvolveu ao longo da vida, superando a lógica tradicional que situa o processo educativo com base no que o educando não sabe.

Considerando o jovem e o adulto com Deficiência Intelectual como construtores de conhecimentos em interação com a experiência, capazes de idealizar e relatar o seu Projeto de Vida, essa proposta visa proporcionar-lhes formação, levando em consideração as diferenças de estilo, tempo, espaço e ritmo de aprendizagem.

A Figura 1 detalha a metodologia adotada no Projeto Piloto na fase inicial. Torna-se importante ressaltar que a coluna intitulada “Instrumentos” foi elaborada pela equipe que estava realizando esse projeto. Portanto, somente as colunas “etapas e mecanismos” são descritas na literatura.

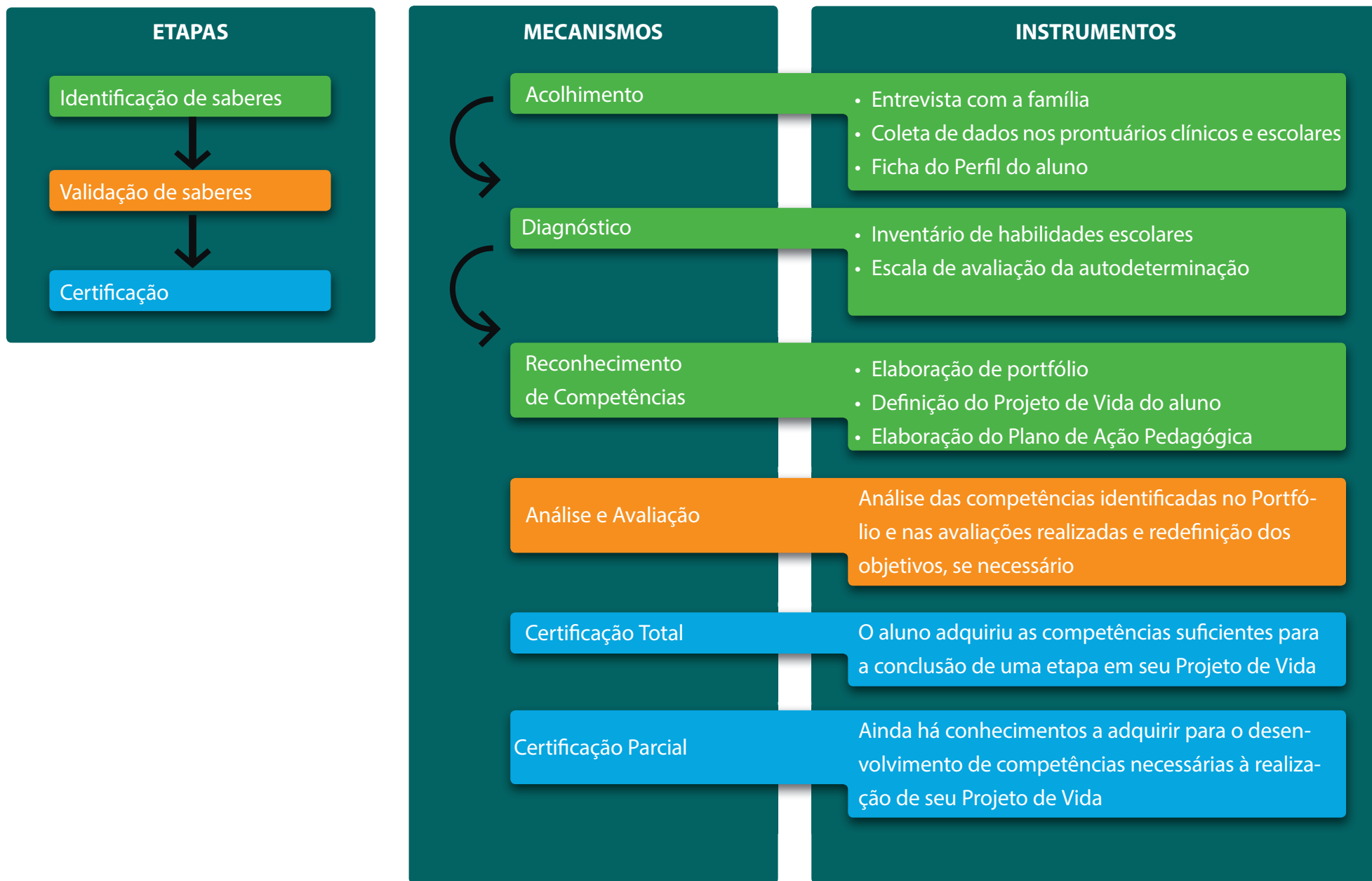


Figura 1 – Metodologia de Reconhecimento de Saberes

Observa-se, portanto, a partir dessa figura, que a Proposta Pedagógica será desenvolvida por intermédio das seguintes etapas: Identificação de Saberes, Validação de Saberes e Certificação de Saberes. A primeira etapa, Identificação de Saberes, é subdividida em três momentos ou fases: acolhimento, diagnóstico e reconhecimento de competências.

A fase de Acolhimento é o momento da recepção do estudante no Projeto de Educação ao Longo da Vida – ELV e dele participam a equipe pedagógica, o professor, a PcDI e a família. Visa à inscrição do estudante no Projeto e à aproximação com as histórias de vida desses estudantes, por meio de entrevistas, da verificação das informações disponíveis na escola e daquelas provenientes de outras instituições que ele já frequentou, registradas em prontuários, relatórios, avaliações, dentre outros documentos. Também é o momento em que a proposta do Projeto será apresentada para o estudante e sua família, possibilitando, desde o primeiro momento, que ele participe ativamente do próprio processo de aprendizagem. Nessa etapa, deve ser traçado o perfil inicial do estudante, buscando informações com os pais, os profissionais e observando mais atentamente a sua conduta, procurando ressaltar mais as suas habilidades e competências do que suas deficiências e/ou limitações.

A Figura 2 mostra os componentes a serem observados para a definição do Perfil do Estudante participante do Projeto.

PERFIL DO ESTUDANTE PARA A IDENTIFICAÇÃO DE SABERES		
Estudante		Idade
Professora	Grupo	Data
ITENS A SEREM OBSERVADOS NA DESCRIÇÃO DO PERFIL		
1	Características pessoais do estudante: seu jeito de ser e de estar no mundo.	
2	Condições socioeconômicas.	
3	Estrutura familiar: arranjo, relações intrafamiliares, dificuldades que encontram no momento, expectativas quanto ao estudante.	
4	Características da deficiência: diagnóstico e informações relevantes extraídas de relatórios, laudos técnicos e da avaliação multidimensional.	
5	Tipos de apoios e suportes de que necessita, os que já foram providenciados e os que ainda precisam ser providenciados.	
6	Atendimentos que frequentou ou que está frequentando no momento.	

7	Trajectoria escolar e não escolar institucional percorrida antes de seu ingresso no Projeto.
8	Grau de autonomia e de independência e indicadores de qualidade de vida.
9	Habilidades vocacionais: gostos, preferências, aptidões, habilidades esportivas, artísticas e culturais; atividades laborativas e ocupacionais que já realiza ou pretende realizar.
10	Expectativas do estudante e dos familiares em relação ao Projeto ELV.

Figura 2 – Ficha do Perfil do Estudante do Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida

Na fase do Diagnóstico, propõe-se dois instrumentos de avaliação da PcDI: o Inventário de Habilidades Escolares, elaborado por Pletsch (2010), para avaliar e conhecer seu nível de desenvolvimento escolar e a Escala de Avaliação da Autodeterminação, elaborada por Losada Puente et al. (2015), com o objetivo de investigar o grau de autoconhecimento, autonomia, autorregulação e autoeficácia que possui.

Finalmente, na fase de Reconhecimento de Competências, é definido o Projeto de Vida da PcDI e, em função dele, traçado o Plano de Ação Pedagógico, que irá orientar o trabalho pedagógico, conforme detalhado na Figura 3.

PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICA DO PROJETO ELV				
Estudante			Nascimento/Idade	
Professor		Grupo/Turma		Data
Objetivos	Conteúdos	Recursos (Humanos e Materiais)	Prazos	Avaliação
PARA QUÊ?	O QUE APRENDER/ ENSINAR	O QUE USAR PARA ENSINAR	EM QUANTO TEMPO	

Figura 3 – Plano de Ação Pedagógica do Projeto Piloto de ELV

Nessa terceira fase, de Reconhecimento de Competências, também é prevista a elaboração de um Portfólio. Este é uma espécie de dossiê pessoal, que tem como finalidade registrar e sistematizar as informações sobre o estudante, destacando os saberes desenvolvidos em diferentes contextos.

A Proposta Pedagógica do Projeto Piloto de ELV reafirma a importância da família da Pessoa com Deficiência Intelectual, pois é uma parceira valiosa e necessária para a realização do Projeto de Vida desse sujeito, levando em consideração seus valores e expectativas. Além disso, a metodologia utilizada

deve estar articulada com a comunidade local, por meio dos projetos sociais existentes, além da integração com diversos setores, como a saúde e a assistência social, na busca de parcerias que possam contribuir para o processo de aprendizagem do estudante.

A Matriz Curricular que orienta a Proposta Pedagógica do Projeto Piloto tem um caráter dinâmico, flexível, aberto e interativo. Visa atender às necessidades educacionais dos educandos, dentro das condições, recursos e materiais oferecidos pela instituição, buscando na comunidade possibilidades de

aprendizagem que essa não possa oferecer diretamente. Assim, no ingresso do educando no Projeto, foram consideradas suas características pessoais, as habilidades e competências que já possuía, seus anseios e suas expectativas, que ajudaram o(a) professor(a) a delinear o Projeto de Vida, afinado com a Matriz Curricular proposta e que será denominada, de agora em diante, de Mapa de Aprendizagem.

O Mapa de Aprendizagem nada mais é, portanto, que a Matriz Curricular proposta para o Projeto Piloto, organizada em cinco módulos: Habilidades Socioafetivas, Múltiplas Línguas, Pensamento Matemático, Natureza e Sociedade e Habilidades Vocacionais.

A Figura 4 apresenta a estrutura do Mapa de Aprendizagem que foi proposto para o Projeto Piloto de ELV em sua fase inicial.

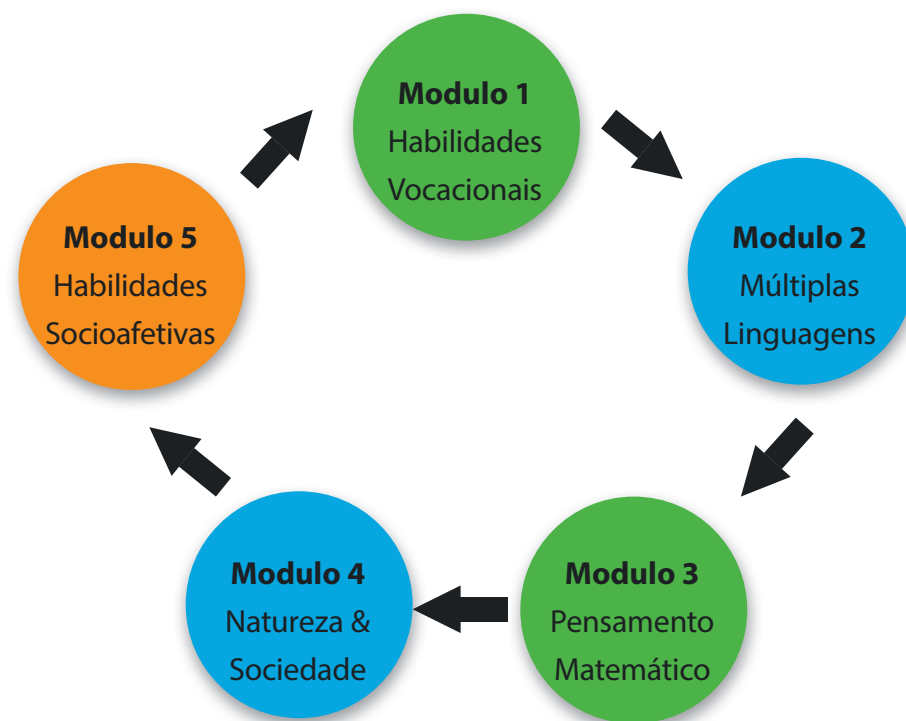


Figura 4 – Mapa de Aprendizagem do Projeto Piloto de ELV

Os conteúdos e atividades dos módulos Múltiplas Línguas, Pensamento Matemático e Natureza e Sociedade são voltados para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, de natureza mais teórico-conceitual, cujo objetivo é produzir conhecimentos necessários para o desenvolvimento de competências nas respectivas áreas. Já os módulos Habilidades Socioafetivas e Habilidades Vocacionais são voltados para o desenvolvimento de aspectos funcionais, de natureza mais prática, cujo objetivo é desenvolver atitudes e habilidades requeridas para o convívio social, a formação da cidadania e para a realização de atividades do dia a dia.

É importante destacar que alguns desses objetivos foram retirados de uma publicação do MEC intitulada “Educação para Jovens e Adultos: Ensino Fundamental” (BRASIL, 2001). Esses referenciais atenderam, com as devidas adequações, às especificidades do público que fez parte do Projeto Piloto e de inspiração para o(a) professor(a) construir o seu Plano de Ação Pedagógico, ao lado de outros materiais que foram referendados na Proposta Pedagógica e os que vieram a ser agregados, de modo complementar, à medida que o Projeto se desenvolveu.

Ainda em relação à metodologia adotada no Projeto Piloto, a próxima etapa, Validação dos Saberes, consistiu na análise das competências identificadas no Portfólio e nas outras for-

mas de avaliação, com vistas à implementação do Projeto de Vida do estudante.

Essa etapa de validação ocorre em três fases:

- a) apresentação e discussão do Portfólio, iniciado na etapa do Reconhecimento, em que se analisam as competências que o aluno conseguiu evidenciar na autoavaliação;
- b) aplicação da avaliação após um determinado período de trabalho com o aluno, que pode consistir na aplicação de um novo instrumento de avaliação ou na reaplicação dos instrumentos utilizados anteriormente, conforme o caso;
- c) apresentação de evidências e resultados das avaliações, com registro das competências evidenciadas e a formalização dos resultados, sempre tendo em vista os Projetos de Vida dos educandos.

Finalmente, a última etapa da metodologia consiste na Certificação, podendo ser parcial, quando a etapa anterior revela apenas o desenvolvimento de competências esperadas de uma ou mais atividades definidas no Projeto de Vida, ou total, quando o educando venceu as competências suficientes para a conclusão de uma etapa.

A Proposta Pedagógica do Projeto Piloto foi construída tendo como princípio que nenhuma proposta pode ser considerada acabada, pois é fruto de uma construção histórica,

coletiva e humana e, como tal, está sempre em processo de mudança. Especialmente por fazer parte de uma experiência piloto, previa acertos e ajustes durante todo o processo, buscando alcançar uma melhor forma de implantação.

A seguir será descrita, com maiores detalhes, a experiência piloto vivenciada nas Apaes participantes, bem como as adequações que foram sendo realizadas do ponto de vista metodológico, já que se tratava de um Projeto Piloto.

Capítulo 3

Compartilhando a experiência do Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida

O Projeto Piloto, financiado pela Feapaes-MG, teve início em 2018, com a duração prevista de 18 meses, tendo sido desenvolvido em duas turmas de estudantes, uma em Belo Horizonte e a outra em Pará de Minas. As atividades pedagógicas ocorreram de segunda a sexta-feira, cumprindo uma carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais, sendo que 16 (dezesesseis) horas semanais foram destinadas à docência junto aos estudantes e 8 (oito) horas semanais a atividades de planejamento e estudo do(a) professor(a), com a participação da equipe da instituição e do IEP. Cabe enfatizar que esses momentos destinados ao(a) professor(a) foram de suma importância, pois permitiram que a equipe e principalmente esses(as) profissionais os utilizassem para planejar, estudar a Proposta Pedagógica e preencher os protocolos de registro. Além disso, foram feitas diversas reuniões pedagógicas e administrativas, que contribuíram com reflexões, diálogos e adequações para a melhoria do desenho metodológico desse Projeto Piloto.

A equipe do Projeto Piloto foi composta de 2 (duas) Professoras, 1 (uma) Supervisora Pedagógica, 1 (uma) Coordenadora Técnica e 1 (uma) Coordenadora Geral. É importante ressaltar

que os gestores e técnicos da instituição, como o Presidente, o Diretor Pedagógico, o Coordenador Pedagógico, dentre outros, participaram também diretamente, contribuindo de forma efetiva para a execução do Projeto.

A turma de Belo Horizonte teve início em 2018, com 7 (sete) estudantes, com idade entre 22 e 48 anos de idade. Todos os estudantes apresentavam o diagnóstico de Deficiência Intelectual e já haviam concluído o percurso escolar obrigatório. Os Projetos de Vida definidos pelos estudantes e trabalhados do ponto de vista pedagógico foram: **Aprender atividades de limpeza e organização em diversos ambientes; Aprender a dançar zumba; Aprender a desenvolver hábitos saudáveis de vida (emagrecer); Aprender a manusear equipamentos tecnológicos (celular, computador, impressora) e organizar arquivos pessoais; Trabalhar; Aprender a cozinhar; Aprender a tocar bateria.**

Finalizamos a primeira etapa dessa turma em julho de 2019, com 4 (quatro) estudantes. Uma estudante foi desligada no final de 2018, por motivos de saúde, e outras duas saíram do Projeto em 2019, uma delas porque desejava ser incluída no mer-

cado de trabalho e a outra por incompatibilidade de horário, o que não permitia a sua participação nas atividades propostas.

A turma de Pará de Minas teve igualmente início em 2018, com 6 (seis) estudantes, com idade entre 20 e 28 anos. Todos os participantes tinham o diagnóstico de Deficiência Intelectual e já haviam concluído o processo de escolarização obrigatória. Os Projetos de Vida por eles definidos e trabalhados do ponto de vista pedagógico foram: **Aprender a fazer artesanato; Aprender a cuidar de animais domésticos; Aprender a organizar roupas e acessórios; Aprender a cuidar dos cabelos e fazer penteados; Aprender a tocar violão e a cantar; Aprender a lavar carros e motos.**

A experiência advinda dessa fase piloto do Projeto sinalizou ser necessária uma maior investigação junto aos estudantes na fase de decisão dos Projetos de Vida. Após realizado esse trabalho, alguns estudantes da turma de Pará de Minas mudaram seus Projetos de Vida e um deles foi desligado, sendo encaminhado a outro setor da instituição, uma vez que apresentava outras demandas, que nada tinham a ver com Projeto de Vida, centralidade da Proposta Pedagógica.

No ano de 2019, mais 3 (três) estudantes integraram a turma de Pará de Minas, finalizando a etapa piloto desse Projeto em julho deste ano, com 8 (oito) estudantes, uma vez que um de-

les saiu do Projeto, conforme mencionado. Assim, houve uma mudança no perfil da turma: os estudantes participantes, no período de 2018 a 2019, tinham idade entre 17 a 42 anos de idade, e os Projetos de Vida propostos por eles foram: **Aprender a tocar violão; Aprender a fazer maquiagem em si e nas outras pessoas; Aprender atividades artísticas (percussão, teatro e dança); Aprender a cuidar dos cabelos e a fazer penteados; Aprender a tocar violão e a cantar; Aprender a dançar; Aprender manusear equipamentos tecnológicos (computador, tablet e celular); Aprender a desfilas, a dançar e a atuar em peças teatrais.**

Em agosto de 2019, finalizada a etapa do Projeto Piloto na turma da Apae de Pará de Minas, a equipe do IEP Darci Barbosa e da Apae participante identificaram que o estudante que apresentara o Projeto de Vida Aprender a cuidar dos cabelos e fazer penteados já tinha adquirido os saberes necessários e, de acordo com seu desejo, recebeu a certificação final. O restante dos estudantes deverá permanecer no Projeto, até concluir o Plano Pedagógico que foi traçado e realizar a certificação dos saberes necessários para seu Projeto de Vida.

É importante ressaltar que o Projeto contou com a participação de duas professoras nessa etapa piloto, a Professora A, no ano de 2018, e a Professora C, que assumiu a turma

no ano de 2019, permanecendo até a finalização dessa etapa experimental.

O Quadro 1 detalha a caracterização das turmas participantes no ano de 2019.

Turmas	Número de estudantes	Faixa etária	Escolaridade	Projeto de vida definidos pelos estudantes em 2019	Parceiros (profissionais da comunidade e da instituição)
Pará de Minas	8	17 a 42 anos	Ensino Fundamental Completo	<p>Aprender a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • tocar violão; • cantar e tocar violão; • fazer maquiagem em si e nas outras pessoas; • atividades artísticas (percussão, teatro e dança); • dançar; • manusear equipamentos tecnológicos (computador, tablet e celular); • desfilar, dançar e atuar em peças teatrais; • cuidar dos cabelos e fazer penteados. 	<p>Na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula de violão com professor especializado; • Aula de canto em escola especializada; • Aula de dança em escola especializada. <p>Na instituição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula de informática; • Aula de percussão, capoeira e teatro.

Belo Horizonte	7	22 a 48 anos	Ensino Fundamental Completo	<ul style="list-style-type: none"> • Emagrecer; • Trabalhar; <p>Aprender a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • dançar zumba; • tocar bateria; • manusear os equipamentos tecnológicos (celular, computador, impressora) e organizar arquivos pessoais; • fazer atividades de limpeza e organização em diversos ambientes; • cozinhar. 	<p>Na comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Academia particular. <p>Na instituição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula de informática; • Aula de slackline; • Coral e bateria; • Oficina de culinária; • Acompanhamento da nutricionista.
----------------	---	--------------	-----------------------------	--	---

Quadro 1 – Caracterização das turmas participantes

Torna-se importante enfatizar que no Quadro 1 foram descritos os parceiros da comunidade e da instituição que participaram dessa etapa piloto, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao Projeto de Vida de cada estudante.

Resumindo, o público desse Projeto Piloto foi constituído por jovens e adultos com Deficiência Intelectual, que já haviam ultrapassado a faixa etária de escolaridade obrigatória e que precisavam de apoio intermitente ou limitado para seus Projetos de Vida.

A seguir, será descrito como ocorreu o desenvolvimento dessa experiência.

No momento da matrícula, foram coletados dados dos estudantes e responsáveis no prontuário da instituição, bem como apresentada a Proposta Pedagógica a ser desenvolvida, para os familiares e os estudantes, destacando o objetivo central, que são os Projeto de Vida das PcDI e a terminalidade da proposta, fixada em, no máximo, 2 anos. Com base na experiência piloto, verificou-se que esse prazo possibilita ao estudante adquirir os saberes necessários em relação ao seu Projeto de Vida, por meio da metodologia adotada. Porém, é possível e recomendável, caso necessário, expandir ou finalizar esse trabalho antes ou depois do tempo previsto, desde que seja justificável e que se respeite a singularidade de cada estudante em relação ao seu Projeto de Vida.

Em uma reunião inicial com as famílias dos estudantes, ficou clara a necessidade da presença de ambos, família e estudantes, como condição para participação no Projeto, para que pudessem contribuir para o desenvolvimento de ações de aprendizagem, principalmente no momento em que o estudante precisaria se deslocar para atividades externas, desenvolvidas com os parceiros da comunidade. Além disso, foi enfatizada junto aos estudantes e familiares a importância do

protagonismo do sujeito na definição do seu Projeto de Vida, com o apoio da família e da equipe pedagógica.

Cabe ressaltar que as famílias participaram de diversas reuniões que foram realizadas durante a vigência do Projeto Piloto, com o objetivo de discutir o andamento do processo de aprendizagem de seus(suas) filhos(as) e, principalmente, quando foram definidos seus Projetos de Vida, sendo estes apresentados aos familiares, verificando-se as possibilidades de parceria. Um dos pontos mais discutidos e retomados nessas reuniões foi a possibilidade de contar com os membros das famílias no compromisso com as atividades externas, a serem realizadas na comunidade, uma vez que não seria possível ao(a) professor(a) acompanhar nem aos estudantes irem sozinhos, embora sempre fosse enfatizada a importância de proporcionar autonomia e independência a eles.

A maioria das famílias se disponibilizou e não mediu esforços para contribuir e participar da Proposta Pedagógica. Os pais acompanharam os estudantes nas atividades externas individuais e em apresentações na comunidade, estando presentes na instituição quando solicitados e ampliando o trabalho no âmbito domiciliar, quando necessário. No entanto, houve algumas famílias que, mesmo conscientes da importância de sua participação, apresentaram dificuldades em contribuir.

Por vezes, os estudantes perderam parcerias importantes ligadas ao seu Projeto de Vida, tornando evidente a diferença de desenvolvimento e de aprendizado entre os estudantes das famílias que participaram ativamente do processo, em comparação com aqueles cujas famílias não participaram.

Em resumo, essa experiência piloto teve como foco desenvolver habilidades e certificar saberes, de acordo com o Projeto de Vida dos estudantes, a partir de uma proposta de ação pedagógica que contemplasse as aprendizagens formais, não formais e informais, por meio da metodologia denominada Reconhecimento de Saberes.

Durante o trabalho desenvolvido, foram identificados diferentes perfis de professores, percebendo-se que, apesar de cada um deles ter habilidades, nem todos se adaptaram à dinâmica da Proposta Pedagógica desenhada para o Projeto Piloto de Educação ao Longo da Vida. Essa proposta exige que o(a) professor(a) esteja atento às necessidades e interesses do estudante em relação ao seu Projeto de Vida, sendo capaz de investigar e propor atividades pedagógicas inovadoras, que

tragam significado e sentido para a Pessoa com Deficiência Intelectual e proporcionem conhecimentos que contribuam para a sua transformação social e a construção de novos processos identitários. Além disso, o(a) professor(a) precisa ser capaz de reconhecer e valorizar todos os saberes que esse sujeito adquiriu durante a sua trajetória de vida, bem como se desprender de um currículo formal, com vistas a desenvolver as habilidades necessárias, tanto as individuais do estudante como as coletivas, relacionando-as com os Projetos de Vida e com o Mapa de Aprendizagem proposto.

As Figuras 5 e 6, respectivamente, ilustram a metodologia e o Mapa de Aprendizagem a que se chegou, após a análise da experiência empírica. Cabe ressaltar que essas duas figuras foram sofrendo alterações, conforme o andamento do Projeto Piloto, sendo uma construção de ordem coletiva por parte da equipe participante, a partir de uma análise da prática em relação às potencialidades e necessidades, à escuta e aos interesses das PcDI.

METODOLOGIA DE RECONHECIMENTO DE SABERES

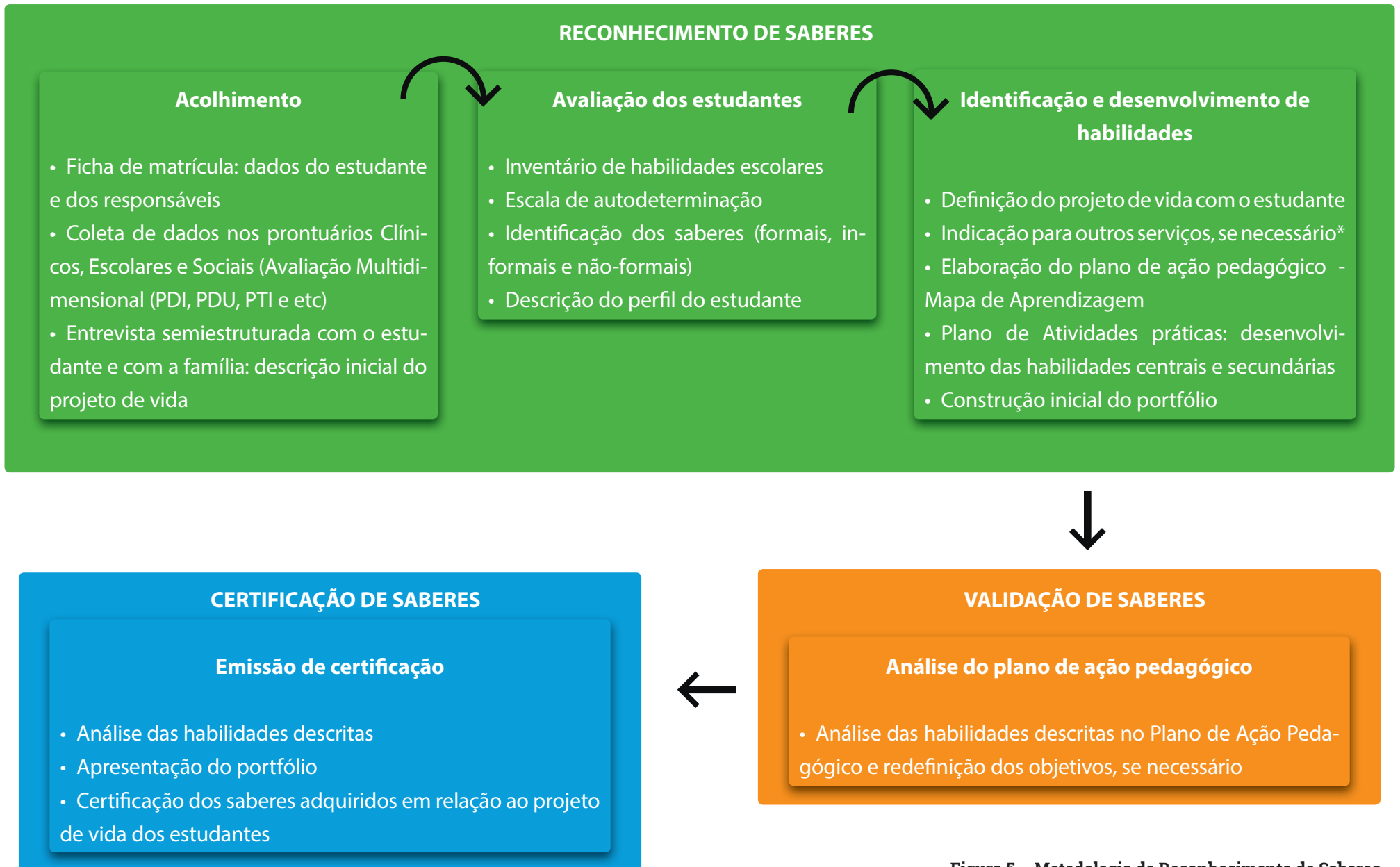


Figura 5 – Metodologia de Reconhecimento de Saberes

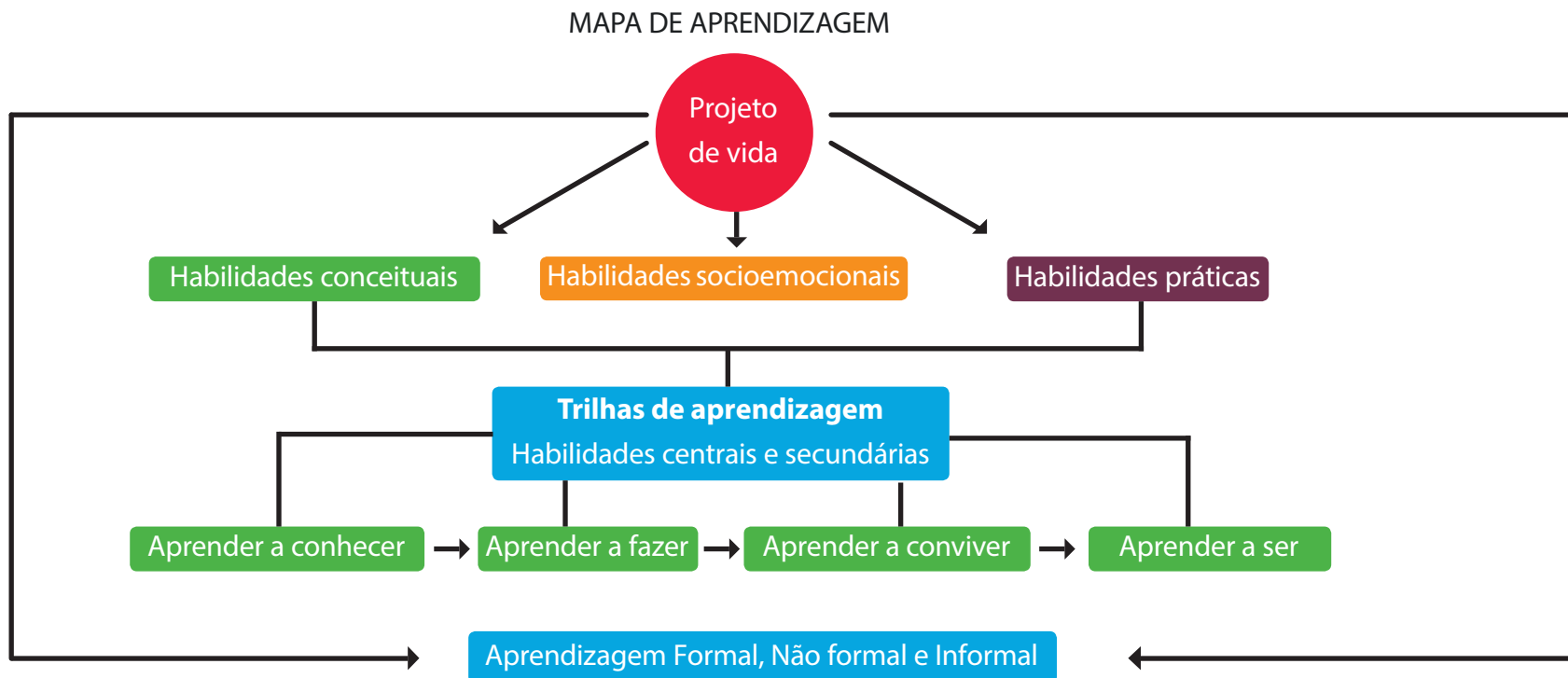


Figura 6 – Mapa de Aprendizagem

As professoras responsáveis pelas turmas realizaram, na primeira etapa da metodologia Reconhecimento de Saberes, os procedimentos de acolhimento, avaliação dos estudantes, além da identificação e do desenvolvimento de habilidades. Esses procedimentos foram realizados por meio da coleta de dados nas pastas e prontuários da instituição, entrevistas com as famílias e com as PcDI, aplicação da Escala de Autodeterminação e do Inventário de Habilidades Escolares, com a finalidade de conhecer os saberes dos estudantes, verificar os seus

desejos e os seus Projetos de Vida, levando em consideração o contexto em que estão inseridos.

Essa etapa do Projeto Piloto também demonstrou o quanto foi desafiador o processo de investigação do Projeto de Vida, com a finalidade de compreender os motivos que levaram os estudantes a essa definição. Por essa razão, foi elaborado um roteiro de questões para auxiliar as professoras nessa investigação junto aos estudantes, reproduzido no Quadro 2.

Foco da investigação	Exemplos de perguntas que podem ser feitas ao estudante
Investigar quais são os desejos do estudante em relação a sua vida, ou seja, o que pretende aprender e/ou fazer.	O quê?/ Qual? O que deseja aprender? O que deseja fazer? O que deseja conseguir?
Investigar por qual motivo e/ou razão o estudante apresenta esse desejo, se há alguma relação com suas experiências anteriores e/ou contexto de vida.	Por quê? Por que deseja aprender isso? Por que deseja fazer? Por que deseja conseguir?
Discutir com o estudante como ele vai desenvolver as habilidades em relação àquilo que deseja aprender e/ou fazer.	Como? Como você deseja aprender isso? Como você deseja fazer? Como você deseja conseguir?
Discutir com o estudante quais as pessoas que poderiam ajudá-lo no desenvolvimento das habilidades.	Quem? Quais são as pessoas que poderão ajudá-lo?
Discutir em quais locais o estudante poderia desenvolver as habilidades relacionadas ao seu desejo.	Onde? Onde você poderá aprender? Onde você poderá fazer isso?

Quadro 2 – Roteiro de investigação dos Projetos de Vida

Paralelamente à utilização desse roteiro proposto, também foi elaborado outro documento, com o objetivo de nortear o processo investigativo dos Projetos de Vida, por meio da realização de atividades pedagógicas. Esse documento elencou alguns temas (Identidade; Relações sociais e interações; Vida cotidiana; Tecnologias; Vida profissional; Esporte, arte e cultura; Cuidado de si e Educação para a vida) a serem trabalhados

com os estudantes, propiciando um melhor conhecimento de seus desejos e auxiliando-os na definição dos seus Projetos de Vida, considerados os contextos em que estão inseridos.

O Quadro 3 ilustra esses temas das atividades pedagógicas que podem auxiliar o(a) professor(a) na investigação do Projeto de Vida dos estudantes.

Temas	Descrição
Identidade	Atividades ligadas ao reconhecimento de si próprio, de suas potencialidades e dificuldades, gostos e preferências, levando em consideração a cultura, a sociedade, o ambiente e as pessoas com quem convive.
Relações sociais e interações	Atividades ligadas à construção de relações entre duas ou mais pessoas (relações familiares, de amizade, afetivas etc.). Neste item deve-se propor o desenvolvimento de habilidades que promovam o trabalho em grupo, discutir as características e os aspectos que compõem uma relação saudável com os outros, resolução de conflitos, respeito às diferenças etc.
Vida cotidiana	Atividades ligadas a ações diárias como vestuário, alimentação e higiene, mobilidade na comunidade, comunicação, gestão financeira e doméstica, compra de bens materiais e de consumo etc.

Vida profissional	Atividades relacionadas ao desejo de trabalhar, à importância do emprego para sua vida; entender o mundo do trabalho e saber fazer escolhas com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.
Esporte, arte e cultura	Atividades relacionadas às diferentes artes, atividades recreativas, esportivas e culturais (teatro, cinema, museu etc.).
Cuidado de si	Atividades relacionadas à aparência, saúde, cuidado com o corpo, à construção de hábitos saudáveis.
Educação para a vida	Atividades relacionadas à formação acadêmica, ou seja, nas escolas, universidades, centros de formação técnica e formação continuada.

Quadro 3 – Temas de atividades pedagógicas

Após a definição dos Projetos de Vida com o estudante, a professora, juntamente com a equipe pedagógica, realizou os agrupamentos dos estudantes, levando em consideração a similaridade dos Projetos de Vidas e estabelecendo uma rotina para cada estudante, sendo esta organizada de forma coletiva e individual. Muitas vezes, foi preciso modificar os agrupamentos, à medida que os estudantes iam adquirindo as habilidades.

Diante disso, fez-se necessário construir um Plano de Ação Pedagógico individual, com as habilidades que o estudante precisava adquirir, de acordo com o seu Projeto de Vida e sua carga horária. As atividades pedagógicas desenvolvidas ocorreram de forma individual e/ou coletiva em cada turma. Os estudantes participaram de atividades relacionadas aos seus

Projetos de Vida, na comunidade (ex.: aulas de dança, aulas de violão, aulas de artesanato etc.) e na própria Apae. Para a proposição dessas atividades, as professoras usaram como referência o Mapa de Aprendizagem (Figura 6), que é dividido em três eixos: Habilidades Conceituais, Habilidades Socioemocionais e Habilidades Práticas.

Algumas atividades foram realizadas com a participação de parceiros da comunidade, que se dispuseram a contribuir para que os estudantes adquirissem novas habilidades. O fato de frequentarem esses espaços sociais proporcionou a participação e a interação social entre os estudantes e demais pessoas da comunidade.

Nesse Projeto Piloto, foram estabelecidas várias parcerias externas em escolas de dança ou espaços comunitários que tinham atividades denominadas “Hora Dançante”; escola de música com aulas de violão e canto; escola de cabeleireiros e maquiadores; oficina de tapetes e de bijuterias. Os estudantes iam até o local dessas parcerias e realizavam as atividades relacionadas aos seus Projetos de Vida. Participaram, também, alguns parceiros internos da própria Apae, como o professor de informática; o instrutor de capoeira; o professor de percussão, de teatro e de slackline; os profissionais da saúde, dentre outros. O grande desafio foi construir, junto aos parceiros, as habilidades que seriam desenvolvidas, relacionando-as com os Projetos de Vida dos estudantes.

Em Belo Horizonte, foram realizadas várias tentativas de parceria com a comunidade, que, no entanto, foram marcadas pelo insucesso. Os estabelecimentos exigiam ofícios para visitação, e a distância entre os locais, por se tratar de uma zona urbana de grande porte, foi considerada ponto dificultador. Já em Pará de Minas, essa parceria se deu de forma mais fluida.

Ao final de cada semestre, foi elaborado um relatório, para avaliar a evolução dos estudantes, organizado um Portfólio com registro de algumas atividades desenvolvidas e reaplicadas as avaliações (Escala de Autodeterminação e Inventário de Habilidades Escolares) para cumprimento da segunda etapa,

a Validação dos Saberes. Nessa etapa, a finalidade dessas reavaliações era de se verificar a necessidade de redefinir metas e objetivos em relação às habilidades a serem desenvolvidas, de acordo com o Projeto de Vida de cada estudante.

Em relação ao Portfólio, este foi elaborado no formato digital, em conjunto com os estudantes, que escolheram as legendas, as fotos e os conteúdos a serem inseridos. O Portfólio foi organizado da seguinte forma: capa, identificação e perfil do estudante, perfil do grupo, conceito de Projeto de Vida e de Educação ao Longo da Vida, bem como a descrição do Projeto de Vida do estudante, o quadro de rotinas, o Plano de Ação Pedagógico e as fotos para ilustrar as habilidades desenvolvidas.

Finalmente, foi implementada a última etapa, a Certificação dos Saberes, visando certificar os saberes adquiridos em relação ao Projeto de Vida dos estudantes, concluindo, assim, a fase experimental do Projeto Piloto.

Nessa experiência, os estudantes vivenciaram processos educativos que independeram de livros, quadros, currículos e paredes. Foram consideradas, além das habilidades e saberes adquiridos na escola, as experiências de vida, as trajetórias não escolares, as relações sociais estabelecidas neste processo e os saberes construídos informalmente ou em suas vivências cotidianas em ambientes estruturados, com a finalidade de desenvolver habilidades em relação aos seus Projetos de Vida.

Observou-se que esse Projeto Piloto atendeu às necessidades e desejos da Pessoa com Deficiência Intelectual e contemplou outras dimensões além das escolares, proporcionando o reconhecimento dos saberes adquiridos e a transformação da vida desse sujeito do ponto de vista social, por intermédio da definição de seu Projeto de Vida.

Torna-se importante revelar que o desenvolvimento do Projeto Piloto foi marcado por avanços e conquistas, mas também por desafios e dificuldades, que exigiram da equipe envolvida novas elaborações e construções de conhecimentos acerca da proposta descrita nessa experiência.

Um dos grandes desafios foi delimitar o público para esse projeto. Em decorrência dessa dificuldade, a Apae de Pará de Minas, de forma autônoma, resolveu realizar essa proposta pedagógica com mais duas turmas. Ambas as turmas eram compostas de jovens e adultos com Deficiência Intelectual, porém uma delas era constituída por estudantes que necessitavam de apoios extensivos e generalizados, demarcando um quadro de Pessoas com Deficiência mais comprometida. Os resultados dessa turma evidenciaram que a metodologia adotada possibilitou o desenvolvimento de habilidades para esses estudantes. No entanto, os Projetos de Vida definidos foram explicitados pelas famílias e não pelas PcDI, o que não corrobora com o conceito central dessa proposta, que leva em consideração o

protagonismo do jovem ou adulto com Deficiência Intelectual em determinar os seus Projetos de Vida. Nesse sentido, o Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa está em uma incessante busca para construir uma nova proposta educacional, que atenda às necessidades desse perfil, de estudantes mais comprometidos.

Entre os desafios encontrados na realização desse Projeto Piloto nas turmas de Belo Horizonte e de Pará de Minas, os que mais se salientaram foram: o entendimento do conceito de Educação ao Longo da Vida para a organização de um Programa Institucional; o processo de investigação e de definição dos Projetos de Vida junto aos estudantes; os registros sistemáticos seguindo os protocolos recomendados; os agrupamentos de estudantes realizados por afinidade de Projetos de Vida; a promoção de atividades inovadoras e criativas, conforme as necessidades e os desejos dos estudantes, bem como a sua relação com o Mapa de Aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades centrais e secundárias relacionadas aos Projetos de Vida. Além desses, destacaram-se ainda a elaboração e a execução de um Plano de Ação Pedagógico pautado em uma proposta com princípio, meio e fim previamente delimitados, com objetivo de fazer com que os familiares e estudantes compreendessem a necessidade dessa terminalidade, o que nem sempre aconteceu.

Outro desafio foi a dificuldade de parceria com algumas famílias e de conseguir espaços físicos adequados para o desenvolvimento da proposta, que possibilitassem a realização de ações voltadas para a aprendizagem formal, não formal e informal e a necessidade de que os parceiros entendessem que as habilidades que seriam desenvolvidas pelos estudantes precisavam estar relacionadas a seus Projetos de Vida. Finalmente, houve dificuldades devido à diversidade de pensamento de todos os envolvidos na proposta e o desafio de evitar conflitos e buscar soluções para os contratemplos, efetivando assim, a realização do Projeto Piloto.

Cabe ressaltar, ainda, que, no período de vigência do Projeto Piloto, foram realizados 2 (dois) Seminários de ELV. O primeiro deles aconteceu em 11/06/2018, tendo por objetivo discutir, do ponto de vista teórico, a temática da ELV, a partir do marco legal e da Proposta Pedagógica traçada para o Projeto Piloto e, do ponto de vista prático, as atividades pedagógicas desenvolvidas pelas professoras participantes. Nessa ocasião, foi possível contar com a colaboração da Prof.^a Dra. Erenice Natália Soares Carvalho, que trouxe contribuições importantes para a compreensão da Pessoa com Deficiência Intelectual, enfatizando a importância de se conhecer esse sujeito, para poder intervir com maior qualidade.

O segundo seminário foi realizado no dia 20/12/2018, com o objetivo de explicitar os resultados advindos da experiência piloto e de discutir a estrutura do documento norteador, elaborado após a finalização da etapa experimental do Projeto Piloto. Ambos os eventos foram realizados na sede da Feapaes-MG, contando com a participação das Apaes participantes, da equipe do IEP responsável pelo Projeto e de convidados externos, incluindo representantes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. O terceiro seminário aconteceu em novembro de 2019 e teve como objetivo apresentar os resultados e a análise dos dados do Projeto Piloto, bem como as orientações para implantação do Programa de Educação ao Longo da Vida na Rede Mineira das Apaes, conforme será descrito nos próximos capítulos.

A seguir, o Capítulo 4 analisa a experiência piloto, detalhando as adequações e as complementações que foram realizadas, como resultado dos conhecimentos advindos do processo empírico desenvolvido. A partir dessa análise, foi possível incorporar as concepções, a estrutura e a organização a serem adotadas para implantação do Programa de ELV na Rede Mineira das Apaes.

Capítulo 4

Análise do Projeto Piloto: concepções, estrutura e organização da Proposta Pedagógica da Educação ao Longo da Vida para a Pessoa com Deficiência Intelectual

Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta contém uma aposta (KRAMER, 1997, p. 19).

Este capítulo trata de uma proposta para as Apaes de Minas Gerais, advinda de uma experiência piloto, voltada para jovens e adultos com Deficiência Intelectual, que já concluíram o percurso escolar obrigatório e/ou os que ainda frequentam a escolaridade e que precisam de apoios intermitentes e limitados para definir Projetos de Vida que lhes ofereçam aprendizagens essenciais para a transformação de suas vidas do ponto de vista social.

Nesse sentido, é necessário entendermos a concepção do público-alvo que vamos incorporar na presente Proposta Pedagógica, baseada no conceito de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, que são as Pessoas com Deficiência Intelectual.

A concepção que vem sendo adotada pela Rede Apaiana de Minas Gerais em relação a esse sujeito está de acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AADID, que assim a define: “[...] caracterizada pela limitação significativa no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, um conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas. A deficiência origina-se antes dos 18 anos de idade” (AADID, 2010, p. 1).

Essa concepção de Deficiência Intelectual, segundo a AADID, leva em consideração a perspectiva multidimensional do sujeito, considerando:

a relação dinâmica entre o funcionamento do indivíduo, os apoios de que dispõe e as cinco dimensões: Dimensão I – Habilidades intelectuais; Dimensão II – comportamento adaptativo (habilidades conceituais, sociais e práticas); Dimensão III – Participação; Dimensão IV – Saúde; Dimensão V – Contexto (ambientes, cultura).

Portanto, o que é preciso retratar é que, ao se pensar no sujeito com Deficiência Intelectual, é preciso reconhecê-lo como um ser social, ou seja, como um cidadão com direitos e deveres de participação na sociedade. Essa concepção está ancorada no modelo social da deficiência, com base na perspectiva biopsicossocial do sujeito. Bezerra (2017) parte do pressuposto de que essas pessoas são discriminadas e excluídas da participação na sociedade devido à existência de barreiras físicas, atitudinais e institucionais. Esse modelo preconiza que, ao se eliminarem essas barreiras, seria possível às PcD mostrar suas capacidades e potencialidades. No entanto, cabe ressaltar que esse modelo foi altamente criticado pelas feministas, por entenderem que as Pessoas com Deficiência podem apresentar certa dependência, que pode ser algo inevitável à vida social desse sujeito, como é o caso especificamente das Pessoas com Deficiência Intelectual, que muitas vezes precisam de apoios para conseguirem participar de forma plena na nossa sociedade.

Os apoios atuam diretamente na Pessoa com Deficiência Intelectual, proporcionando-lhe maior autonomia, independência, auxiliando nas interações e relações sociais, de forma a superar ou minimizar as limitações de ordem intelectual e de comportamento adaptativo que se revelam em sua vida cotidiana.

A identificação dos apoios, levando em consideração a “intensidade, frequência, duração e domínios de aplicação, deve fazer parte de quaisquer projetos e momentos da vida da pessoa, como catalizadores de suas funções, em diversas situações e ambientes” (CARVALHO, 2016, p. 9). Dessa forma, os apoios podem ser definidos como o conjunto de recursos e estratégias – incluindo indivíduos, agências, tecnologia assistiva, ambientes – que capacitam as Pessoas com Deficiência a viver na comunidade (AAIDD, 2010). Esses apoios visam promover o desenvolvimento, a educação e o bem-estar da Pessoa com Deficiência Intelectual.

Um fator importante é que os apoios individualizados, quando necessários e disponibilizados de modo adequado e pelo tempo suficiente, são capazes de oferecer aprendizados que melhoram e transformam a vida da Pessoa com Deficiência Intelectual.

Nesse sentido, as ações propostas para esse Programa de ELV visam justamente à aprendizagem e à transformação da vida dessas pessoas do ponto de vista social, tornando-as protagonistas de seus Projetos de Vida, considerados os apoios de que ela necessita.

A presente Proposta Pedagógica de ELV foi organizada e estruturada para ser realizada no Setor Educacional das Apaes de Minas Gerais, pelo fato de se acreditar que o contexto educacional permite ao estudante com deficiência “definir-se autonomamente, ensinando-o a compreender suas próprias potencialidades e limites, suas próprias aspirações e expectativas e, assim, os seus próprios sonhos” (MEIRELLES, DAINESE E FRISO, 2017, p. 192).

Ao se definir que essa Proposta tem caráter pedagógico e que deve ser realizada no Setor Educacional, é necessário compreender o que se entende pelos conceitos de educação e de aprendizagem. Para Bordignon (2019), há uma distinção entre os conceitos de educação e de aprendizagem, sobre os quais vale a pena refletir. A educação “ocorre na mediação do conhecimento com a vida, quando o conhecimento ganha sig-

nificado para a vida e permite atuar sobre as representações da realidade construída historicamente”. Já a aprendizagem ocorre quando “o conhecimento (leitura de mundo) promove a educação e passa a orientar a ação humana, ou seja, passa a ser conhecimento em ação na prática social. A aprendizagem ocorre quando o conhecimento muda a prática, forma o sujeito, se torna educação”.

Nessa perspectiva, a proposta do Programa de Educação ao Longo da Vida (ELV) visa promover novas oportunidades de aprendizagem e de transformação da vida da Pessoa com Deficiência Intelectual, jovem ou adulta, do ponto de vista social, através da identificação e da definição de Projetos de Vida, de acordo com seu interesse e capacidade de realização, respeitados os princípios e valores do sujeito.

A centralidade dessa proposta são os Projetos de Vida desses estudantes e deve ter um caráter dinâmico, aberto, flexível e interativo. A Figura 7 ilustra quais são os componentes que amparam a realização dessa Proposta Pedagógica. Ao longo do texto será abordado cada um desses aspectos.



Figura 7 – Centralidade da proposta pedagógica

Nascimento (2013, p. 87) define Projeto de Vida como:

Aspirações, desejos de realizações, que se projetam para o futuro como uma visão antecipatória de acontecimentos, cuja base reside em uma realidade construída na interseção das relações que o sujeito estabelece com o mundo. Emerge da trama complexa de relações, de construção de saberes sobre si e sobre o mundo, na medida em que significados são partilhados no cotidiano.

Com base nos estudos feitos e levando em conta as considerações advindas do Projeto Experimental, adotou-se o seguinte conceito de Projeto de Vida, para a Proposta Pedagógica do Projeto de ELV na rede mineira das Apaes:

Desejos de realizações em relação ao futuro, que são definidos a partir de um Planejamento Pedagógico individualizado, que possibilita o reconhecimento e a construção de novos saberes sobre si e sobre o mundo, à medida que as habilidades são desenvolvidas, de acordo com o Projeto de Vida de cada estudante.

Para definir um Projeto de Vida, é importante pensar onde se quer chegar em um período determinado de vida, prevenindo, para cada Projeto, princípio, meio e fim. Essa definição

deve ter uma relação direta com a busca e o sentimento de felicidade, identificando que a procura pela concretização de Projetos de Vida está ligada a sentimentos de satisfação, bem-estar e felicidade (GONÇALO, 2016). Ao assumir a construção e a definição de um Projeto de Vida, é preciso considerar o que Canevaro (2004, p. 229 *apud* Meirelles, Dainese e Friso, 2017, p. 197) propõe: “[...] deve entrar em um contexto cultural, mental, pessoal e por isso não deve ser unicamente aceito assim como chega, mas deve ser reformulado, reorganizado, completado; deve dar lugar a questionamentos, dúvidas, reorganizações”.

Na definição dos Projetos de Vida, é de fundamental importância valorizar o protagonismo do sujeito, compreendendo seus desejos, suas necessidades, suas aspirações. Foi possível observar, por intermédio da experiência empírica, que a proposta desse Programa possibilita um ganho emancipatório para a PcDI, pelo fato de existir uma escuta qualificada, valorizando e reconhecendo a sua voz frente à definição de seu Projeto de Vida. No entanto, cabe ressaltar a necessidade de investigar e propor reflexões junto aos estudantes, acerca da definição de seus Projetos de Vida, reconhecendo aquilo que trazem, por meio de suas experiências de vida, considerada a realidade em que vivem, mas não deixando que esses projetos sejam definidos e permaneçam circunscritos às atividades da

vida diária e da vida prática. É preciso ir além nesse processo investigativo, refletindo junto a esses estudantes o sentido desses projetos para suas vidas, ou seja, como os projetos definidos podem ajudar a transformar a vida deles do ponto de vista social e quais as possibilidades identitárias que podem ser construídas por meio dos aprendizados propostos.

Nesse momento de definição dos Projetos de Vida, a família é considerada um componente essencial, pois precisa estar ciente de qual foi o projeto escolhido pelo estudante e, a partir disso, verificar como pode auxiliar e participar do processo de aprendizagem, estreitando os laços e a relação entre família, comunidade e contexto educacional.

Segundo Ribeiro (2010, p. 128) “a escola, em conjunto com a família e a comunidade como um todo, podem oferecer, dentro de suas possibilidades e limites, ações que favoreçam a construção do Projeto de Vida com os estudantes, através de programas institucionais”. A parceria da instituição educacional com a família e a comunidade local (projetos sociais existentes; academias de ginástica, de dança, de música, de judô e espaços públicos em geral, como praças, ginásios poliesportivos, casas da cultura, restaurantes, lanchonetes, escolas, *shoppings*, bancos, correios etc.) é imprescindível para a realização da Proposta Pedagógica delineada. Além disso, a articulação

intersectorial com a Saúde, a Assistência Social e outras áreas pode otimizar e contribuir para o processo de aprendizagem da Pessoa com Deficiência Intelectual.

No entanto, não se pode esquecer que a definição do Projeto de Vida é pessoal e deve ser realizada por meio da escuta do estudante, levando em consideração o seu protagonismo. A participação da família e dos parceiros da comunidade é complementar, no sentido de trazer elementos que auxiliem na compreensão desses desejos, adequando-os à realidade e ao contexto em que o estudante vive e assegurando que a Proposta Pedagógica se efetive.

Dessa forma, entendemos esse protagonismo como algo que “possibilita o jovem a ter condições de tomar melhores decisões em sua vida, desde aquelas de menor abrangência até aquelas vitais ao desenvolvimento do seu Projeto de Vida” (ICE e SEE/SP, 2013, p. 4).

Por suas características peculiares, os jovens e adultos com Deficiência Intelectual demandam espaços de aprendizagem que extrapolam a lógica restrita da escola tradicional e da educação formal. Eles carregam experiências e saberes que foram adquirindo ao longo da vida e construíram conhecimentos a partir da aprendizagem em contextos formais, informais e não formais, que são úteis à sua vida e que não podem ser desprezados.

O memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, da Comissão Europeia (2000, p. 9), define três categorias básicas de aprendizagem:

- **Aprendizagem formal:** decorre em instituições de ensino e formação e conduz a diplomas e qualificações reconhecidos.
- **Aprendizagem não formal:** decorre em paralelo aos sistemas de ensino e formação e não conduz, necessariamente, a certificados formais. A aprendizagem não formal pode ocorrer no local de trabalho e através de atividades de organizações ou grupos da sociedade civil (organizações de juventude, sindicatos e partidos políticos). Pode ainda ser ministrada através de organizações ou serviços criados em complemento aos sistemas convencionais (aulas de arte, música e desporto ou ensino privado de preparação para exames).
- **Aprendizagem informal:** é um acompanhamento natural da vida cotidiana. Contrariamente à aprendizagem formal e não formal, este tipo de aprendizagem não é necessariamente intencional e, como tal, pode não ser reconhecida, mesmo pelos próprios indivíduos, como enriquecimento dos seus conhecimentos e aptidões.

Esse documento enfatiza a importância da motivação individual para aprender e estar disposto para várias oportunidades de aprendizagem, indo ao encontro do que se pretende com a Proposta Pedagógica da ELV.

Nesse sentido, torna-se importante construir uma proposta educacional que contemple as necessidades educacionais desses estudantes, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza seus saberes acumulados ao longo de sua trajetória, contribuindo para a transformação de suas vidas do ponto de vista social, através de Projetos de Vida por eles definidos.

Como já descrito, a proposta educacional visa ao desenvolvimento de habilidades e a certificação de saberes, de acordo com o Projeto de Vida dos estudantes com Deficiência Intelectual, por intermédio de um Plano de Ação Pedagógica que contemple aprendizagens em contextos formais, não formais e informais, a partir de uma metodologia descrita por Martins, Bordignon e Aguiar (2016), denominada Metodologia de Reconhecimento de Saberes, que compreende três etapas: Identificação de Competências; Validação de Competências e Certificação de Competências, já citada anteriormente.

Essa metodologia foi adotada no Projeto Piloto de ELV e está atrelada ao conceito de Educação ao Longo da Vida e amparada nos quatro pilares da educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Segundo Bordignon (2016), “esses pilares levaram à construção da Metodologia de Reconhecimento de Saberes, que prevê a identificação, validação e certificação de competências”. Esses saberes elencados pelo autor são “exi-

gidos pela atual sociedade do conhecimento e pela globalização, para oferecer igualdade de oportunidades a todos e a cada um dos cidadãos”. Além disso, ele pontua que essa metodologia “tem amparo na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e em inúmeras convenções e declarações que reafirmaram o direito ao reconhecimento dos conhecimentos obtidos por outras vias que não a escolarização formal” (BORDIGNON, 2016).

A Metodologia de Reconhecimento de Saberes aqui apresentada sofreu alterações no sentido de se aproximar do cerne da Proposta Pedagógica da ELV. Cabe ressaltar que foi substituída a palavra “competências” por “saberes” e, também, a primeira etapa denominada “Identificação de competências”

por “Reconhecimento de saberes”, por ser essa categoria mais ampla e se adequar melhor à proposta do Programa de ELV. Foram feitas também outras alterações, que podem ser visualizadas na Figura 8, redesenhada após o período empírico vivenciado. Nesse sentido, entende-se por saberes “o conjunto de enunciados e de procedimentos socialmente constituídos e reconhecidos, por intermédio dos quais um sujeito, individual ou coletivo, mantém uma relação com o mundo natural e social, transformando-o” (BEILLEROT, 1998, p. 944 apud MEDEIROS, 2014, p. 22).

A Figura 8 ilustra essa Metodologia de Reconhecimento de Saberes que será adotada para a implantação do Programa de ELV e já foi apresentada anteriormente na Figura 5.

METODOLOGIA DE RECONHECIMENTO DE SABERES

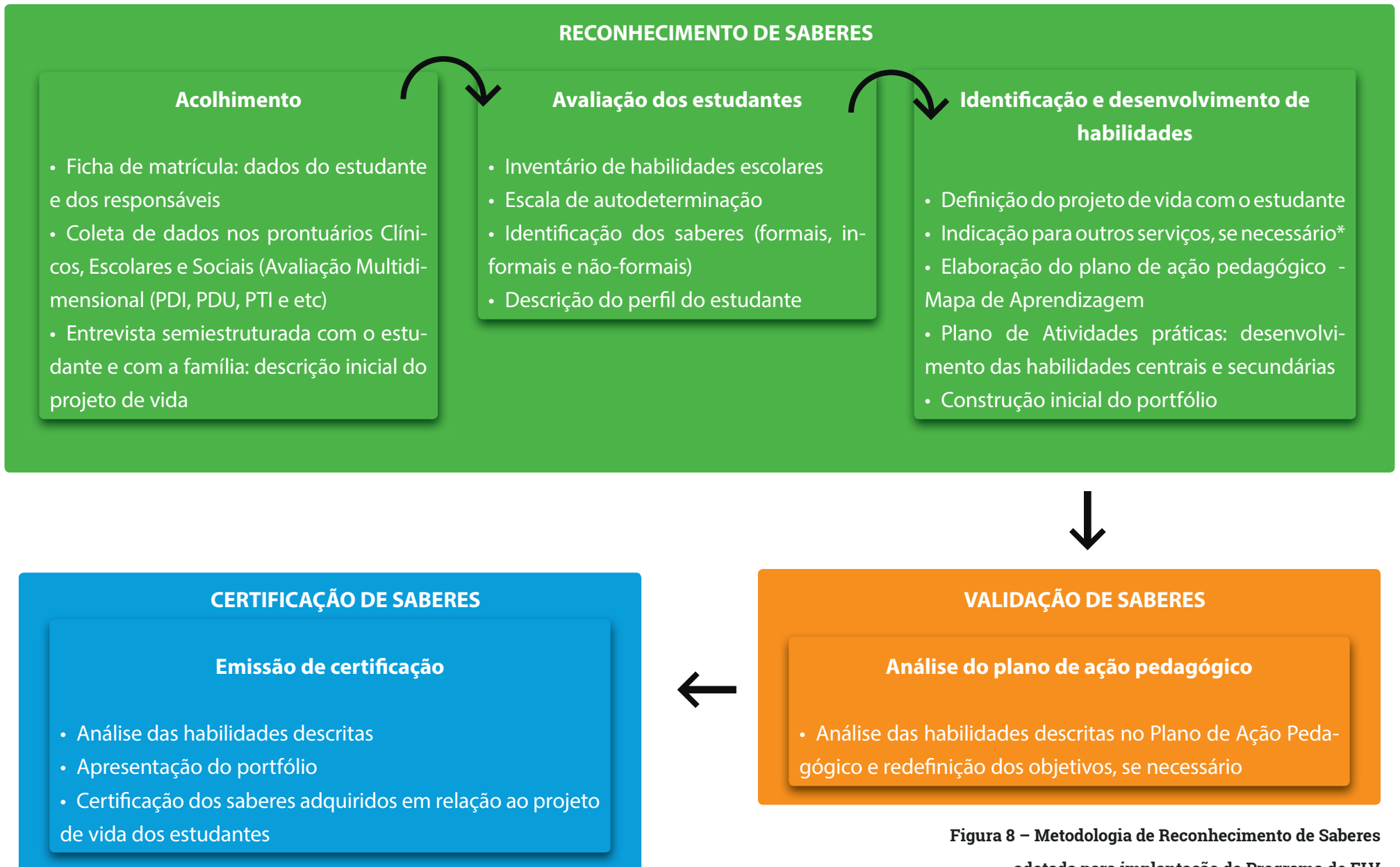


Figura 8 – Metodologia de Reconhecimento de Saberes adotada para implantação do Programa de ELV

Dividida em três etapas, denominadas Reconhecimento, Validação e Certificação de Saberes, essa metodologia tem o objetivo de verificar os saberes adquiridos pelos jovens e adultos com Deficiência Intelectual ao longo da vida (formais, não formais e informais), a fim de compreender o que eles sabem e o que precisam desenvolver em relação aos seus Projetos de Vida. Deve ser realizada pelos(as) professores(as), com o apoio de outros profissionais que irão atuar como parceiros (da instituição e da comunidade e os familiares, todos, enfim, que irão contribuir para o desenvolvimento de novas habilidades relacionadas ao Projeto de Vida desses estudantes). Cabe enfatizar que os profissionais referidos são os parceiros internos e externos, ou seja, tanto as pessoas da comunidade (professores(as) da área do esporte, música, artes etc.) como os profissionais da própria instituição das áreas da saúde, assistência social, educação física etc., que serão responsáveis por dar suporte ao desenvolvimento de aprendizagens essenciais para a realização dos Projetos de Vida dos estudantes.

A seguir será detalhada a forma como foram organizadas essas etapas da metodologia, de acordo com a Proposta Pedagógica.

A **primeira etapa, Reconhecimento de saberes**, busca, por meio do conhecimento da história de vida e do mapeamento da trajetória do estudante em contextos de aprendizagem formais, informais e não formais, a identificação dos saberes e habilidades que este já possui e os que ainda precisa desenvolver e/ou descobrir.

Representa “uma navegação pela vida dos educandos à descoberta de competências, que muitas vezes não sabem que possuem” (MARTINS, BORDIGNON E AGUIAR, 2016, p. 222).

Essa etapa é dividida em três procedimentos: acolhimento; avaliação do estudante; identificação e desenvolvimento de habilidades.

- **Acolhimento:** diz respeito à matrícula do estudante na Proposta de ELV. É o momento inicial, em que o(a) professor(a) e a equipe se aproximam da realidade desse sujeito e de sua família, buscando conhecer sua trajetória de vida. Nessa fase, são coletados dados nos prontuários da instituição, caso haja, bem como realizada uma entrevista semiestruturada com o estudante e sua família, com o objetivo de conhecer os desejos do sujeito e o seu contexto de vida, além de registrar as aspirações ou até mesmo seu Projeto de Vida, caso esse estudante o tenha mencionado. Também é o momento em que o Projeto será apresentado para a pessoa com DI e a família, possibili-

tando desde o primeiro momento que esse sujeito participe ativamente do próprio processo de aprendizagem.

- **Avaliação do estudante:** tem a função de identificar os saberes do estudante, por meio de avaliações padronizadas e da realização de atividades pedagógicas, a fim de verificar os saberes já existentes e descrever o perfil do estudante.
- **Identificação e desenvolvimento de habilidades:** tem como eixo norteador a definição do Projeto de Vida com o estudante e a elaboração do Plano de Ação Pedagógico. Esse Plano deve estar amparado no Mapa de Aprendizagem estabelecido para essa Proposta Pedagógica, que será descrito posteriormente. Nesse Plano o(a) professor(a) deverá descrever as habilidades centrais e secundárias que o educando pretende desenvolver em um determinado período de tempo, relacionadas ao seu Projeto de Vida. Nessa fase também se inicia a construção do Portfólio. De acordo com Martins, Bordignon e Aguiar (2016), o Portfólio é o instrumento principal para o registro e a sistematização das informações e para o processo de identificação e de registro das habilidades desenvolvidas. Essas informações são essenciais para todo o processo, pois vão apoiar a análise e a avaliação dos saberes do estudante, auxiliando no processo de certificação. Além disso, nessa fase, o estudante pode ser encaminhado para outro

serviço da instituição, caso apresente uma demanda que não se encaixe nas diretrizes da Proposta de Educação ao Longo da Vida.

IMPORTANTE

Caso o estudante apresente, nessa etapa, o desejo de ser incluído no mercado de trabalho ou que se perceba, a partir de todos os dados coletados, que o estudante não tem um Projeto de Vida definido e/ou que apresenta outras demandas (cuidado e autocuidado; isolamento social, etc.) que não se adequam à centralidade do Programa, ele deverá ser encaminhado a outros serviços da instituição.

A **segunda etapa, Validação de saberes**, consiste na análise das habilidades descritas no Portfólio, no Plano de Ação Pedagógico e nas outras formas de avaliação, permitindo verificar se atendem aos requisitos da certificação e se ainda existem lacunas que sinalizam a necessidade de desenvolver novas habilidades relacionadas ao Projeto de Vida do estudante. Nessa fase é importante verificar se há necessidade de redefinir as metas e os objetivos com o educando, alterando o Plano de Ação Pedagógico, e elaborar um relatório descritivo das habilidades adquiridas até aquele exato momento.

A **última etapa, Certificação de saberes**, consiste na apresentação do Portfólio e na realização do processo de certificação dos saberes adquiridos em relação ao Projeto de Vida do estudante. Essa última etapa é considerada a de finalização do processo de Reconhecimento de Saberes. Uma vez concluída, é emitido, pela instituição educacional, um certificado de caráter social, descrevendo os saberes que o estudante adquiriu, com base no Mapa de Aprendizagem e relacionados ao seu Projeto de Vida. É então realizada uma reunião com os familiares e os estudantes, na tentativa de refletir como cada sujeito se transformou socialmente e quais foram as mudanças identitárias ocorridas durante o processo de aprendizagem frente ao seu Projeto de Vida.

Todo esse percurso metodológico **deverá ser finalizado no prazo máximo de dois anos** após a entrada do estudante na Proposta de Educação ao Longo da Vida.

A Proposta Pedagógica do Projeto de ELV está amparada no que chamamos de **Mapa de Aprendizagem**, que é responsável por orientar o desenvolvimento pedagógico a ser realizado com o estudante. Esse Mapa visa atender às necessidades educacionais das pessoas com Deficiência Intelectual, consideradas as condições, os recursos e os materiais oferecidos pela instituição educacional e buscando na comunidade

possibilidades de aprendizagem que essa não possa oferecer diretamente.

O Mapa, portanto, é um esquema conceitual, que auxilia o(a) professor(a) a visualizar as possibilidades de aprendizagem do estudante, por meio do desenvolvimento de habilidades, apontando alguns itinerários formativos que ele possa vir a conhecer e aprender, traçando um caminho para ele seguir, com vistas a seu Projeto de Vida. Esse Mapa é também definido como um “arranjo curricular”, que entendemos como uma “seleção de habilidades que promovam o aprofundamento das aprendizagens essenciais demandadas pela natureza do respectivo itinerário formativo” (BRASIL, 2018).

Esse Mapa de Aprendizagem está organizado em três grandes eixos: Habilidades Conceituais, Habilidades Socioemocionais e Habilidades Práticas, tendo como fundamentos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e o Comportamento Adaptativo (AAMR, 2006). Esses documentos abordam os conceitos educacionais relativos ao processo de aprendizagem por meio do ensino de habilidades e da certificação de saberes e consideram a dimensão do comportamento adaptativo, importante em se tratando de uma proposta centrada na Pessoa com Deficiência Intelectual.

Conforme estabelecido no objetivo central do Projeto que deu origem a essa Proposta Pedagógica, a ELV deve ser pensada e planejada levando em consideração as características pessoais do estudante, as habilidades e os saberes que ele possui, seus anseios e suas expectativas, informações que irão aju-

dar o(a) professor(a) a pensar um Plano de Ação Pedagógico relacionado ao Projeto de Vida do estudante, atrelado ao Mapa de Aprendizagem.

A Figura 9 mostra a estrutura do Mapa de Aprendizagem que será utilizado na implantação do Programa de ELV e já foi apresentada anteriormente na Figura 6.

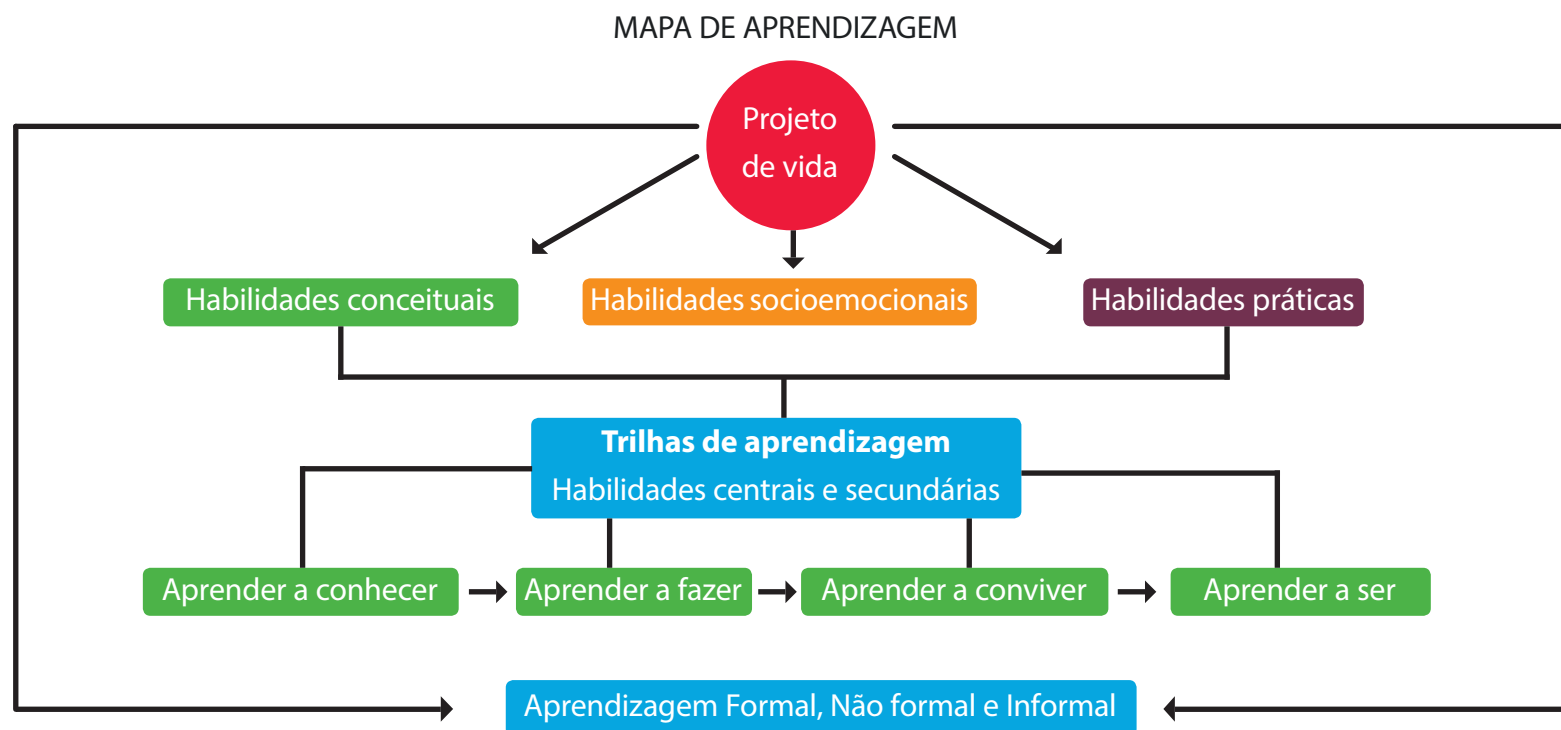


Figura 9 – Mapa de Aprendizagem da Educação ao Longo da Vida

Nesse Mapa de Aprendizagem, entende-se por habilidades o conjunto de saberes que podem contribuir para a construção de caminhos que promovam aprendizagens essenciais para as mudanças identitárias em estudantes com Deficiência Intelectual, através da escolha e da concretização de seus Projetos de Vida. As diferentes habilidades “funcionam como indicadores ou descritores das aprendizagens” dos estudantes, em determinado período. “Devem ser caracterizadas de modo objetivo, mensurável e observável” (BRASIL, 2008, p. 15).

As habilidades conceituais, socioemocionais e práticas são os conhecimentos que vão possibilitar ao sujeito com Deficiência Intelectual adquirir e atribuir saberes de forma significativa para sua vida, por intermédio de seu Projeto de Vida.

A Figura 10 detalha os conhecimentos que estão envolvidos em cada eixo:

Habilidades conceituais	Habilidades Socioemocionais	Habilidades práticas
<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem: comunicação; • Leitura e escrita acadêmico funcional; • Matemática para a vida (Conceito de dinheiro; levantamento de dados pessoais; endereços; leitura e traçado itinerários — mapas, distâncias, pontos de referência; medidas; calendários; planejamento e organização de eventos — organização de dados, previsões; operações; conceito de números, orientação no tempo e no espaço, conceito de horas, resolução de problemas simples); • Tomada de decisões; • Memória; • Atenção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ter autoconfiança e autoestima; • Saber autoavaliar-se; • Aprender a ganhar e a perder; • Evitar a vitimização; • Lidar com as críticas; • Saber resolver conflitos; • Estabelecer boa relação interpessoal com os pares; • Saber lidar com as regras; • Combater a ingenuidade; • Exercer a ética, a responsabilidade, a tolerância e o respeito à pluralidade cultural; • Obedecer às leis; • Conhecer direitos e deveres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar atividades cotidianas; • Organizar os ambientes; • Montar os ambientes seguros (fogo, veneno, manutenção da casa); • Alimentar-se (comer, servir-se); • Usar o banheiro (limpar-se); • Ter higiene (tomar banho, pentear cabelo, escovar os dentes); • Vestir-se (manusear fechos, amarrar sapatos, calçar meias); • Cuidar das pessoas e dos animais; • Cuidar do corpo; • Preparar refeições; • Cuidar de casa; • Manejar dinheiro (funcional) – troco, planejamento; • Utilizar-se de equipamentos tecnológicos (celular, computador, tablet); • Praticar esporte, cultura, artes.

Figura 10 – Detalhamento do Mapa de Aprendizagem do Programa de Educação ao Longo da Vida

Esse Mapa de Aprendizagem deve ser percorrido levando em consideração as Trilhas de Aprendizagem, que são os itinerários formativos, sendo caracterizadas pelo caráter alternativo e flexível. Têm por objetivo promover o desenvolvimento das habilidades centrais e secundárias relacionadas aos Projetos de Vida das Pessoas com Deficiência Intelectual. As Trilhas podem ser desenvolvidas de forma individual e/ou coletiva, considerando as possibilidades e limitações dos estudantes.

As habilidades descritas no Plano de Ação Pedagógico devem ser baseadas no Mapa de Aprendizagem e podem ser consideradas:

Habilidades centrais: aquelas que são fundamentais e que podem contribuir diretamente para o Projeto de Vida do estudante.

Habilidades secundárias: aquelas que podem contribuir de forma indireta para o projeto de vida do estudante.

Como utilizar isso na prática?

Quando o(a) professor(a) faz uma atividade em grupo com os estudantes, para alguns essa atividade pode estar trabalhando habilidades centrais e, para outros, essa habilidade se torna secundária. No entanto, todas as habilidades planejadas devem estar relacionadas com os Projetos de Vida dos estudantes.

As Trilhas de Aprendizagem se pautam nos quatro pilares da educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser) e definem a trajetória que cada estudante irá seguir, consideradas as possibilidades oferecidas pelos eixos (habilidades conceituais, socioemocionais e práticas) descritos no Mapa de Aprendizagem. É possível, também, traçar novos arranjos no decorrer da Proposta Pedagógica, construir outras Trilhas de Aprendizagem, redirecionando o percurso do estudante, caso se avalie que os objetivos e metas definidos inicialmente não podem ser realizados.

O papel das Trilhas de Aprendizagem é direcionar o caminho que o estudante irá percorrer, desenvolvendo habilidades que são centrais para seu Projeto de Vida e/ou as que são secundárias. O(a) professor(a) irá auxiliá-lo nessa caminhada, como mediador(a) entre o estudante e o saber a ser adquirido.

O desafio colocado para o(a) professor(a) e a equipe pedagógica que lhe dá suporte é conciliar os objetivos individuais, conciliar enfim a Trilha traçada para cada estudante com os objetivos coletivos traçados para toda a turma, de acordo com os Projetos de Vida definidos.

Dentro desse modelo de trabalho, é possível realizar alguns agrupamentos, conforme os interesses e habilidades comuns relacionados aos Projetos de Vida. Esses agrupamen-

tos podem ser flexíveis, ou seja, cada pessoa pode frequentar vários agrupamentos diferentes, de acordo com o Plano de Ação Pedagógico que foi traçado para ela, podendo percorrer itinerários formativos diferentes ao longo de seu percurso na ELV. O(a) professor(a) será responsável pela mediação entre os estudantes e as atividades estabelecidas, com vistas ao desenvolvimento das habilidades e a certificação dos saberes em cada caso.

As habilidades são descritas no Plano de Ação Pedagógico planejado pelo(a) professor(a), que leva em consideração o Mapa de Aprendizagem. Esse Plano é considerado um instrumento de grande importância para o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação do trabalho pedagógico do(a) professor(a). Nele devem estar relacionadas as habilidades centrais

e secundárias que pretende devolver com cada estudante, de acordo com o Projeto de Vida de cada um, determinando tempo previsto para a sua execução. É preciso ressaltar que a Proposta Pedagógica tem princípio, meio e fim, com prazo de execução de no máximo dois anos após o ingresso do estudante na ELV. Devem, ainda, estar previstas a necessidade de recursos de tecnologia assistiva, a carga horária e as rotinas que serão necessárias em cada etapa a ser percorrida.

Finalmente e em resumo, essa Proposta Pedagógica visa garantir o conjunto de aprendizagens formais, não formais e informais essenciais aos estudantes com Deficiência Intelectual, possibilitando seu desenvolvimento integral por intermédio dos saberes adquiridos, apoiando-se nas escolhas necessárias para a concretização dos seus Projetos de Vida.

Capítulo 5

Orientações para implantação do Programa de Educação ao Longo da Vida para a Pessoa com Deficiência Intelectual na Rede Mineira das Apaes

Após o relato da experiência do Projeto Piloto, serão apontadas as diretrizes necessárias para organizar e implantar o Programa de Educação ao Longo da Vida na Rede Mineira das Apaes, com base na experiência empírica. Esse Programa será

implantado de forma gradativa, com início previsto para fevereiro de 2020, a princípio atingindo 30 Apaes.

A seguir será apresentada, no Quadro 4, uma síntese de como esse Programa de ELV deverá ser organizado, a partir de elementos de extrema importância.

Nome do programa Educação ao Longo da Vida para Pessoa com Deficiência Intelectual	Público-alvo Pessoas com Deficiência Intelectual, com idade entre 15 e 45 anos, que já concluíram ou ainda estão no processo de escolarização regular (contraturno) e que precisam de apoio intermitente e/ou limitado em relação ao seu Projeto de Vida
Descrição Trabalho desenvolvido em grupo, com atividades coletivas e individuais. A centralidade está no Reconhecimento, Validação e Certificação de Saberes, de acordo com o Projeto de Vida de cada estudante. Deve ser realizado no Setor da Educação, em período de tempo determinado, de acordo com cada Projeto de Vida (máximo 2 anos) e seguindo as orientações do Documento Norteador. Destaca-se a importância do reconhecimento de saberes adquiridos pelo estudante ao longo da vida e a escuta de seus desejos, em relação aos seus Projetos de Vida.	Capacidade de atendimento A quantidade de turmas deverá estar de acordo com a infraestrutura de cada instituição, no entanto, para o ano de 2020, orienta-se uma turma em cada Apae participante.
	Número de pessoas atendidas por turma 6 a 8 estudantes por turma.

Carga horária do estudante

A carga horária deve ser planejada conforme o Plano de Ação Pedagógico, baseado no Projeto de Vida de cada estudante, totalizando no mínimo 16 horas semanais para cada estudante.

Formação e carga horária do(a) professor(a) da turma

Pedagogia ou Normal Superior. A carga horária deve ser definida pela instituição, respeitando os critérios de contratação desses profissionais, porém orienta-se ser no mínimo 20 horas semanais.

Perfil do(a) professor(a)

Deve ser aberto(a) a uma proposta pedagógica diferente dos modelos tradicionais de educação. Deve ser mediador(a) do conhecimento, ou seja, facilitador(a), aquele(a) que leva o estudante a buscar os resultados em relação aos seus interesses e aspirações. A criatividade, a criticidade, a imaginação e o potencial inventivo devem permear o trabalho desse(a) profissional, que deve sugerir atividades dinâmicas referentes ao Projeto de Vida de cada estudante, motivando-o a participar dos trabalhos propostos e a adquirir novas habilidades, sempre de acordo com seu Projeto de Vida.

Recursos humanos

Professores e profissionais especializados, que poderão contribuir para o desenvolvimento de novas habilidades relacionadas ao Projeto de Vida dos estudantes.

Parceiros

Profissionais da instituição e/ou pessoas da comunidade que possam auxiliar no desenvolvimento de novas habilidades relacionadas ao Projeto de Vida de cada estudante, além dos familiares e/ou responsáveis, que são essenciais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Ambientação do espaço

O espaço deve ser organizado e estruturado de forma a possibilitar o desenvolvimento de atividades pedagógicas individuais e coletivas, possibilitando novas aprendizagens relacionadas aos Projetos de Vida dos estudantes. Recomenda-se ser um local diferente do ambiente da escola tradicional e que possibilite aprendizagens formais, não formais e informais, para além da sala ambiente do Programa da ELV.

Atividades pedagógicas desenvolvidas

Devem ter como foco o Projeto de Vida de cada estudante, levando em consideração a estrutura pedagógica proposta neste documento (Plano de Ação Pedagógico e Mapa de Aprendizagem).

Documentação recomendada

Ficha de matrícula, Roteiros de Entrevistas (do estudante e dos familiares e/ou responsáveis), Termo de Parceria assinados com os parceiros externos (opcional), Inventário de Habilidades Escolares, Escala de Avaliação de Autodeterminação, Perfil do Estudante, Plano de Ação Pedagógico, Plano de Atividades Práticas, Portfólio, Relatório e Certificação. Recomenda-se a descrição desse Programa no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição.

Quadro 4 – Caracterização do Programa de Educação ao Longo da Vida

A seguir são detalhados os itens acima propostos e outros aspectos considerados relevantes para a implantação do Programa de ELV.

Público-alvo da ELV: Pessoas com Deficiência Intelectual, que precisam de apoio intermitente e/ou limitado, com idade entre 15 e 45 anos, que já concluíram ou ainda estão no processo de escolarização e que são capazes de expressar seus desejos em relação ao seu Projeto de Vida. Esse recorte etário é justificável, pensando na organização do Programa.

Ao levar em consideração o conceito teórico de Educação ao Longo da Vida, entende-se que todas as pessoas podem ter permanentemente oportunidades de aprendizagem, bem como ter Projetos de Vida em qualquer idade. Mas, para a organização desse Programa de ELV na Rede das Apaes de Minas Gerais, optou-se por determinar um marcador que recorta a faixa etária desse público-alvo. Assim, considera-se que podem participar jovens e adultos com Deficiência Intelectual com idade entre 15 e 45 anos. Esse marcador considera jovem as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, como definido no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) e adultos os de 29 (vinte e nove) até 45 (quarenta e cinco anos). As pesquisas na literatura (Santos, 2005; Santos, 2006 apud Santos, Andrade e Bueno, 2009) demonstram que,

a partir dessa faixa etária de 45 anos, as Pessoas com Deficiência Intelectual podem apresentar alterações comuns ao envelhecimento precoce (dificuldades de memória, atenção, alterações funcionais relacionadas à marcha, ao equilíbrio, dentre outras), demandando uma centralidade maior no cuidado e no autocuidado desse sujeito. Essas demandas podem ser atendidas por outros serviços da Rede e não pelo Programa de ELV, cujo foco é desenvolver habilidades relacionadas ao Projeto de Vida de cada um.

Capacidade de Atendimento: a Apae selecionada para iniciar a implantação do Programa em 2020 deve trabalhar com apenas com uma turma, a fim de que este se implante gradativamente. Posteriormente a essa etapa inicial, a instituição pode escolher a quantidade de turmas que desejar, de acordo com a sua infraestrutura.

Número de pessoas atendidas por turma: as turmas deverão ser organizadas contendo de 6 a 8 estudantes. Assim, o(a) professor(a) será capaz de desenvolver as habilidades centrais e secundárias relacionadas aos Projetos de Vida de cada um, de forma coletiva e/ou individual, bem como acompanhar atividades externas que promovam a participação social desses estudantes.

Carga horária do estudante: deve ser planejada conforme o Plano de Ação Pedagógico. O(A) professor(a) deve realizar as atividades desenvolvendo as habilidades de acordo com os Projetos de Vida, fazendo os agrupamentos conforme a similaridade dos Projetos e a disponibilidade dos parceiros, distribuindo a carga horária no decorrer da semana e totalizando no mínimo 16 horas semanais para cada estudante. Essa é a carga horária mínima que deve ser adotada, para que se tenha um desenvolvimento efetivo das habilidades para cada sujeito e pode ser desenvolvida na própria instituição ou na comunidade, dependendo do planejamento traçado para cada estudante.

Carga horária do(a) professor(a): essa carga horária deve ser definida pela instituição, respeitando os critérios de contratação do(a) profissional. É importante ressaltar que as atividades de planejamento, estudo e reuniões com a equipe mostraram-se, no Projeto Piloto, de grande importância, pois contribuíram para reflexões, discussões, trocas de experiência e aperfeiçoamento da Proposta Pedagógica. Para o processo de implantação gradativa que irá ocorrer em 2020 nas Apaes participantes, orienta-se que essa carga horária seja de no mínimo 20 horas semanais.

Perfil do(a) professor(a): o(a) professor(a) que irá trabalhar no Programa de Educação ao Longo da Vida deve ser mediador(a) do conhecimento, ou seja, facilitador(a), aquele(a) que leva o estudante a buscar os resultados em relação aos seus desejos e aspirações. A criatividade, a criticidade, a imaginação e o potencial inventivo devem permear o trabalho desse(a) profissional, que deve sugerir atividades dinâmicas referentes ao Projeto de Vida de cada estudante, motivando-o a participar dos trabalhos propostos e a adquirir novas habilidades, sempre de acordo com seu Projeto de Vida.

“Eu acho que o fundamental desse projeto é que nós não estamos numa caixinha fechada. O papel do professor é abrir o horizonte, não tem que seguir um currículo que vem de cima para baixo. O trabalho é desenvolver habilidades que eles estão trazendo, que eles têm necessidade e não o que é imposto para eles e ao longo de suas vidas. No processo acadêmico isso foi colocado e agora eles que são os escritores dos projetos deles. Nós estamos aqui só para mediar, só para fazer essa mediação. E é por isso que eu acredito tanto neste projeto.”

Depoimento da Professora A

Recursos Humanos: o(a) professor(a) é responsável por realizar o Plano de Ação Pedagógico, desenvolvendo habilidades relacionadas aos Projetos de Vida dos estudantes. Ele(a) deve estabelecer parceria com outros profissionais da instituição e da comunidade. É necessário o envolvimento de todos, especialmente da direção, da coordenação e dos professores, para que o Programa seja devidamente implantado e incorporado. A gestão da instituição precisa estar atenta às diretrizes da Proposta, à metodologia indicada e deve buscar soluções para que os desafios sejam superados. A família, embora não faça parte da equipe de recursos humanos, deve participar ativamente desse trabalho pedagógico, estreitando os laços e a relação entre família, instituição e comunidade.

“O Projeto de Vida do meu filho era aprender violão, ele evoluiu muito e já foi um sucesso. Quando ele entrou no Projeto de Educação ao Longo da Vida, ele não sabia muitas coisas, ele desenvolveu muito. Ele já evoluiu. Ele já sabe tocar uma musiquinha, aprendeu muitas posições e está muito feliz. O projeto deu certo, foi uma transformação. Quem inventou esse projeto foi de grande ideia.”

Depoimento de uma das mães de um estudante da ELV.

“Eu tenho achado esse Projeto ótimo, meu filho está mais motivado, com mais disposição, devido às atividades realizadas no Projeto. É sinal que está dando frutos e está sendo importante para ele. Está mais responsável, sabendo tomar suas próprias decisões.”

“Está tendo um progresso muito grande e está ajudando muito.”

Depoimento de mães de estudantes da ELV.

Parceiros: o(a) professor(a), por intermédio da instituição, realiza uma parceria com pessoas físicas e/ou jurídicas, dentro ou fora da instituição, abrangendo as aprendizagens em contextos formais, não formais e informais, para auxiliar no desenvolvimento de habilidades de acordo o Projeto de Vida dos estudantes. São fundamentais essas parcerias para fortalecer e desenvolver habilidades em áreas de conhecimento específicas de cada Projeto de Vida.

Para adquirir determinadas habilidades que integram alguns Projetos de Vida, são necessários parceiros que dominem “essas habilidades”, ou seja, saberes técnicos e especializados

que o(a) professor(a) vislumbra como necessários, mas que ele(a) não conhece o suficiente para ensinar e/ou não se sente seguro(a) de fazê-lo. Como, por exemplo, ler uma partitura musical, manusear as cordas do violão, ensinar técnicas vocais, ensinar diversas modalidades de dança, dentre outras.

Diante disto, torna-se necessário buscar essas parcerias na sociedade, em diversas instâncias do conhecimento. Porém, ao sugerir que o estudante e/ou a turma frequentem esses locais externos à instituição e realizem atividades com os parceiros, deve-se sempre lembrar que **precisa existir uma relação direta da atividade com o Projeto de Vida dos estudantes**, possibilitando o desenvolvimento de habilidades centrais e/ou secundárias. Muitas vezes, pode-se perceber que, durante uma aula de dança, como exemplo, as atividades propostas irão beneficiar determinado estudante em habilidades centrais, que estarão diretamente ligadas ao seu Projeto de Vida. Para outro educando, podem ser propostas outras habilidades, que serão secundárias, mas que podem ser realizadas no próprio local da aula de dança ou, por exemplo, no trajeto de rua que ele faz até chegar ao estabelecimento do parceiro da comunidade.

“Eu acho fantástica a participação dos alunos aqui, engrandece e enriquece nossa hora dançante. Aqui é um lugar aberto para toda a comunidade e precisamos trabalhar também a inclusão aqui e em outros locais da cidade. É extremamente positiva a participação deles, a alegria que eles trazem e como os participantes gostam desta interação.”

Depoimento de um parceiro da comunidade.

IMPORTANTE

Não devemos propor que toda a turma participe de determinada atividade ou aula de um parceiro (comunidade/instituição), se a proposta não estiver diretamente ligada ao desenvolvimento de habilidades centrais e secundárias relacionadas aos Projetos de Vida dos estudantes.

Ambientação do espaço: as salas devem ser personalizadas, com móveis, cores e espaços diferenciados, levando em consideração a faixa etária dos estudantes. As mesas e os assentos devem proporcionar flexibilidade, de forma a criar novos arranjos, grupos de trabalhos, em atividades diversificadas, realizadas de forma individual e coletiva. A criatividade, o estímulo, a imaginação e o desenvolvimento cognitivo são e sempre serão algo a ser explorado nesse Programa, principalmente em uma sala moderna, colorida, aconchegante e confortável. É essencial ter um ambiente que comporte essa estrutura. A experiência empírica revelou que a ambientação da sala é fundamental para se conseguir executar na prática as principais diretrizes, indo ao encontro do que está previsto como centralidade no Programa da ELV. A seguir estão as fotos das duas salas ambientes que foram utilizadas durante a vigência do Projeto Piloto.

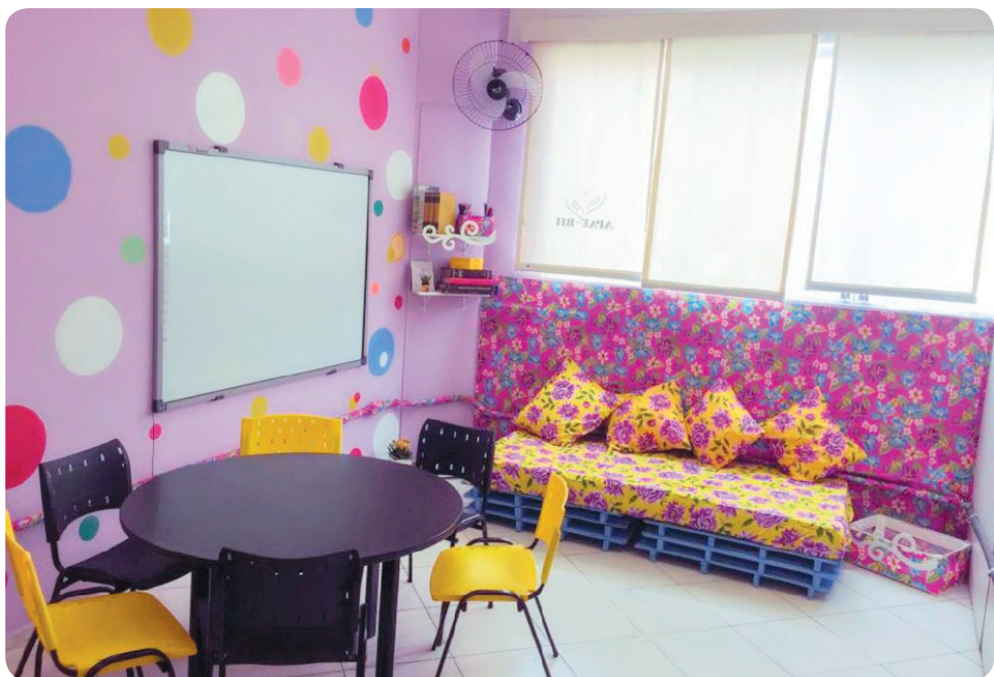


Figura 11- Sala ambiente da ELV na Apae de Belo Horizonte.



Figura 12- Sala ambiente da ELV na Apae de Pará de Minas.

Atividades pedagógicas: as atividades pedagógicas têm como principal objetivo estimular o interesse do estudante e proporcionar o desenvolvimento de novas habilidades relacionadas ao Projeto de Vida. Contribuem, ainda, para ampliar o olhar do(a) professor(a) em relação aos saberes já existentes e as potencialidades que o estudante é capaz de desenvolver. As atividades podem ser realizadas de forma individual ou coletiva, levando em consideração as habilidades centrais e secundárias descritas no Plano de Ação Pedagógico, amparadas no Mapa de Aprendizagem proposto para esse Programa.

Documentação e protocolos recomendados para a implantação do Programa da ELV a partir da Metodologia de Reconhecimento de Saberes

A seguir será descrita, de forma detalhada, a documentação necessária para a implantação desse Programa. Esses documentos estão disponíveis no Anexo 1, podendo ser multiplicados e utilizados na prática.

O uso desses protocolos deve ser baseado nas etapas descritas da Metodologia de Reconhecimento de Saberes, que trará subsídios e informações necessárias para a execução da Proposta Pedagógica.

A Figura 11 ilustra o panorama geral da Proposta Pedagógica do Programa de Educação ao Longo da Vida, baseada na Metodologia de Reconhecimento de Saberes.

Panorama geral do Programa de Educação ao Longo da Vida: metodologia de reconhecimento dos saberes



*C-centrais/S-secundárias

1. 1ª Etapa: Reconhecimento de Saberes

1.1. Acolhimento

A fase do acolhimento é marcada pela recepção do estudante e de sua família e/ou responsável no Programa de ELV, contando com a participação da equipe pedagógica, principalmente do(a) professor(a) que deverá ser apresentado(a), pois é ele(a) que conduzirá todo o processo. É importante destacar que é nessa fase que deverá ser explicitado o funcionamento do Programa, bem como sua Proposta Pedagógica, ao estudante e familiares, enfatizando a importância da presença e da parceria da família no desenvolvimento do trabalho. O olhar, a escuta qualificada, a expressão, a postura e o respeito ao protagonismo e à individualidade do sujeito devem ser características presentes nesse momento, norteados pelas atitudes de quem o recebe. Acolhe-se não só introduzindo o sujeito na instituição, mas resgatando e respeitando a sua história, seus anseios, seus desejos e seus Projetos de Vida. Esse conjunto de atitudes possibilitará maior compreensão do sujeito e do contexto em que vive, bem como o entendimento de alguns comportamentos, possibilitando uma melhor avaliação de seu potencial de aprendizagem. Nessa fase os seguintes procedimentos e protocolos deverão ser preenchidos:

1.1.1 Ficha de matrícula – Anexo I

Na ficha de matrícula, a(o) secretária(o) deve preencher todos os dados pessoais do estudante, da família ou do responsável e da trajetória escolar do sujeito. Além disso, devem ser preenchidos o item destinado à autorização do uso de imagem e de saídas para atividades externas e as informações complementares a respeito do educando. Finalmente, devem assinar o documento o responsável pelo estudante e o responsável pelo setor educacional da instituição. Os documentos que são solicitados às famílias ou responsáveis, por ocasião do preenchimento dessa ficha, responsabilizam e respaldam a instituição pelos registros normativos, evitando eventuais problemas. A ficha de matrícula deve ser arquivada na pasta do estudante na Secretaria do setor educacional, anexando-se também documentos pessoais (Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência do estudante e dos responsáveis) e, posteriormente, os outros documentos de registro do Programa, que consistem no relato das entrevistas, na descrição do Perfil do Estudante, no relatório do estudante, no Plano de Ação Pedagógico e no Portfólio.

1.1.2 Coleta de dados nos prontuários da instituição

Esse procedimento deve ser realizado com a finalidade de conhecer a trajetória do estudante na instituição. Por isso é de extrema importância iniciar a leitura investigando a existência dos seguintes registros: Avaliação multidimensional; Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), disponível no serviço educacional; Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU), disponível no Serviço de Assistência Social; Plano Terapêutico Individualizado (PTI), disponível nos serviços da área da saúde, dentre outros. Caso o estudante não tenha frequentado a Apae, é necessário solicitar à família que traga outros documentos que ajudem o(a) professor(a) a coletar as informações que possibilitem conhecer melhor esse estudante.

1.1.3 Roteiros de entrevista (para o estudante e os familiares e/ou responsáveis) – Anexo II

O(A) professor(a) deve realizar uma entrevista como se fosse uma conversa, um diálogo com os estudantes e familiares e/ou responsáveis, seguindo o roteiro que será apresentado a seguir. É importante entender que o roteiro tem o objetivo de nortear essa conversa, não devendo ser utilizado em formato de perguntas e respostas, como se fosse a aplicação de um questionário. Deve-se abordar uma determinada questão e, a

partir dela, iniciar o processo de diálogo. Por isso, é importante ler e se apropriar das questões do roteiro antes de agendar a entrevista, para que ela seja efetiva na prática. O(a) professor(a) deve encontrar o momento oportuno para fazer perguntas adicionais, aprofundando algumas questões e/ou buscando uma melhor compreensão do contexto do estudante e de sua família. As entrevistas devem ser realizadas nas Apaes, em horário previamente combinado, em condições adequadas de comodidade e privacidade, proporcionando a espontaneidade e a liberdade necessárias para que essa conversa aconteça de forma fluida e natural. O objetivo dessa entrevista é conhecer o estudante e sua família, bem como o contexto em que vivem, além de obter informações dos gostos, preferências, experiências de vida e aspirações da PcDI em relação ao Projeto de Vida. É importante lembrar que o protagonismo da Pessoa com Deficiência Intelectual é uma diretriz essencial para a realização do referido Programa. Na entrevista é necessário que o(a) professor(a) estimule tanto o estudante quanto a família a relatarem o máximo de informações possível, através de um processo interativo, com o objetivo de enriquecer o processo de investigação a respeito do Projeto de Vida do estudante e dos elementos que o compõem. Recomenda-se todo o sigilo referente às informações coletadas durante a entrevista, po-

dendo utilizá-las somente para enriquecer a implantação da Proposta Pedagógica. As entrevistas podem ser gravadas, caso haja o consentimento e o desejo dos participantes, para proporcionar uma análise mais detalhada e qualificada das informações coletadas.

1.2. Avaliação do Estudante

Essa fase tem a função de identificar os saberes do estudante, por meio de avaliações padronizadas (Inventário de Habilidades Escolares e a Escala de Autodeterminação) e da realização de atividades pedagógicas, a fim de verificar os saberes já existentes e de descrever o Perfil do Estudante. Torna-se necessário compreender os saberes que foram adquiridos ao longo de sua vida e investigar quais aprendizagens precisam ser proporcionadas, de acordo com os interesses e escolhas relacionados a seu Projeto de Vida. Caso o estudante ainda não tenha mencionado os seus sonhos, suas aspirações, é nessa fase que o(a) professora(a) precisa investigar, auxiliando-o na elaboração e na busca de seu Projeto de Vida, bem como na adequação do Projeto, levando em consideração a sua realidade. Portanto, é imprescindível nessa fase a aplicação das duas avaliações padronizadas descritas a seguir, bem como a realização de atividades pedagógicas para identificação dos sabe-

res (formais, não formais e informais), caso ainda haja necessidade de aprofundar no processo investigativo dos Projetos de Vida do estudante utilizando os Quadros 2 e 3, delineados anteriormente (p. 37 e 38).

Torna-se importante ressaltar que a experiência piloto revelou que essa fase de avaliação do estudante juntamente com a primeira fase, denominada acolhimento, pode demorar em média de 4 a 6 meses para ser realizada dependendo de cada estudante e/ou turma.

1.2.1 Inventário de Habilidades Escolares – Anexo III

Esse instrumento deve ser aplicado pelo(a) professor(a) com a finalidade de avaliar as habilidades que estão em processo de desenvolvimento e as que já foram adquiridas ao longo da trajetória de vida e escolar do estudante. O Inventário de Habilidades Escolares proposto por Pletsch (2010) contempla as seguintes áreas: Comunicação Oral, Leitura e Escrita, Raciocínio Lógico-Matemático e Informática na Escola. É um instrumento de simples aplicação e possibilita, em sua parte final, registrar informações complementares, com observações sobre desenvolvimento cognitivo, relacionamento social, dificuldades encontradas, possibilidades observadas, tempo de escolarização, aprendizagens consolidadas, além de registrar quais

os objetivos estabelecidos para o estudante a partir dessa avaliação. A partir disso, deve-se realizar uma síntese interpretativa dos dados coletados, a fim de compreender e registrar as habilidades escolares desse sujeito nos domínios citados. Ao aplicar o Inventário de Habilidades Escolares, além de reconhecer os saberes do estudante, o(a) professor(a) deve buscar compreender pontos fundamentais relacionados ao seu Projeto de Vida. Essa avaliação pode ser aplicada individualmente ou em grupo, por meio de atividades pedagógicas que irão auxiliar o rastreamento e a explicitação das habilidades escolares desse estudante. Recomendamos que os resultados advindos, tanto das atividades propostas como do preenchimento dessa avaliação pelo(a) professor(a), sejam arquivados na pasta do estudante na Secretaria do setor educacional, pois, na fase metodológica de Validação dos Saberes, dependendo do Plano de Ação Pedagógico proposto para o estudante, essa avaliação poderá ser reaplicada, com a finalidade de verificar se houve avanços nas habilidades delineadas ou até mesmo para auxiliar na fixação de novas metas e objetivos para esse sujeito.

1.2.2 Escala de Avaliação de Autodeterminação – Anexo IV

A escala de avaliação recomendada para esse Programa é a Escala ARC-INICO de Evaluación de la Autodeterminación, desenvolvida por Verdugo et al. (2014). Foi realizada uma tradução livre e uma adaptação dessa escala, a fim de facilitar sua aplicação na prática. Essa Escala contempla aspectos como autonomia, autorregulação (autogestão), empoderamento e autoconhecimento, fatores importantes para o desenvolvimento de saberes que auxiliam na expressão das necessidades próprias, na tomada de decisões e na autodefesa, contribuindo para obtenção de melhores resultados na definição dos Projetos de Vida.

A autodeterminação refere-se à capacidade de fazer escolhas, tomar decisões e assumir responsabilidades. Envolve pensar, fazer e avaliar. O sujeito autodeterminado sabe o que escolher, define metas e alcança objetivos pessoais. O(A) professor(a) deve, portanto, aplicar a Escala de Avaliação de Autodeterminação na fase da Avaliação do Estudante, conforme previsto na Metodologia de Reconhecimento de Saberes. Essa aplicação consiste em perguntar exclusivamente ao estudante as questões descritas na escala e, a partir de suas respostas, assinalar aquelas que mais se assemelham. A partir disso, de-

ve-se realizar uma síntese interpretativa dos dados coletados, com a finalidade de compreender e de registrar a capacidade de autodeterminação da PcDI. Essa Escala traz informações relevantes para traçar o Perfil do Estudante e definir o seu Projeto de Vida. Em alguns casos, as questões poderão ser reestruturadas, para que haja um melhor entendimento dos estudantes acerca do que está sendo indagado. A Escala pode também ser reaplicada na etapa de Validação dos Saberes, com o intuito de verificar os avanços e conseguir certificar os saberes adquiridos em relação à autodeterminação do sujeito frente a seu Projeto de Vida.

De acordo com Wehmeyer et al. (2003 *apud* Torres, 2015), as ações que definem a autodeterminação do sujeito são caracterizadas por quatro características essenciais:

- a) o indivíduo age de forma autônoma: age por conta própria, observando suas preferências, aptidões e interesses;
- b) o comportamento é autorregulado: trata-se da capacidade da pessoa se autogerir, autorregular-se. Implica em comportamentos de autocontrole e resolução de problemas;
- c) o indivíduo responde a estímulos de uma forma psicologicamente empoderada: isso implica no domínio de sua personalidade, em sua autoeficácia. O indivíduo sabe que é capaz, sabe dos seus direitos e faz de tudo para atingir seu objetivo;

d) o indivíduo age levando em conta a sua autorrealização: ele busca o autoconhecimento, que é a capacidade de se conhecer, conhecer as suas limitações e habilidades.

Sabe-se que a Pessoa com Deficiência Intelectual nem sempre consegue realizar essas funções de modo autônomo e independente, necessitando de apoios, por meio da ajuda de familiares, professores e outros profissionais, para alcançar algum nível de execução desses domínios na prática. Isso reforça a importância da atuação da família e do engajamento do(a) professor(a), auxiliado(a) pela equipe pedagógica, para o alcance dos objetivos traçados para o Projeto de Vida de cada estudante.

A necessidade de manter essa Escala no Programa de ELV é no sentido não só de avaliar a capacidade de autodeterminação da PcDI, mas também de possibilitar o desenvolvimento dessa habilidade, a fim de auxiliá-la nas escolhas relacionadas ao seu Projeto de Vida. Os programas educacionais para essas pessoas devem promover o desenvolvimento da capacidade de autodeterminação, por meio de atividades que envolvam o planejamento, a avaliação, a monitorização e a tomada de decisão, permitindo, assim, o aumento da autoestima, da autoconfiança, da valorização dos pontos fortes e do reconhecimento dos pontos menos fortes e da promoção da autodefesa (HUI e TSANG, 2012 *apud* TORRES, 2015, p. 40).

1.2.3 Descrição do Perfil do Estudante – Anexo V

O Perfil do Estudante deve ser descrito com o intuito de finalizar a etapa de Avaliação do Estudante. Para elaborar o Perfil do Estudante, é necessário agrupar todas as informações advindas da leitura do prontuário do estudante (se houver); dos relatos da entrevista com ele e com os responsáveis; das escalas de avaliação padronizadas (Inventário de Habilidades Escolares e Escala de Autodeterminação); da realização de atividades pedagógicas que tiveram a pretensão de conhecer melhor esse estudante e verificar os saberes já adquiridos, bem como os seus desejos e interesses, dentre outras informações que foram coletadas nesse período. Dessa forma, o protocolo que descreve o Perfil do Estudante deve conter os dados de identificação do estudante, como, também, a descrição de suas principais características pessoais. Sabe-se que cada ser humano é único e, por mais desafiador que isso seja, o estudante deverá ser reconhecido de forma individualizada, levando em consi-

deração suas potencialidades, seus desejos e suas necessidades. Portanto, o(a) professor(a) deverá preencher esse protocolo descrevendo os dados do estudante a partir do seu jeito de ser e de se relacionar com os outros; suas preferências; seus gostos e desejos; suas aptidões e as habilidades observadas (esportivas, artísticas, culturais, tecnológicas etc.); as expectativas para a sua vida; o grau de autonomia e de independência nas atividades cotidianas; os apoios de que necessita em determinada situação ou contexto, além de uma síntese das avaliações padronizadas e outras informações que julgar necessárias e que possam contribuir para o conhecimento sobre a PcDI e a relação com o seu Projeto de Vida. No final desse protocolo, o(a) professor(a) deverá descrever qual o Projeto de Vida que foi expressado pelo estudante, para que possa ser elaborado o Plano de Ação Pedagógico na próxima etapa, denominada Identificação e Desenvolvimento de Habilidades.

1.3 Identificação e Desenvolvimento de Habilidades

Essa fase é marcada pela definição do Projeto de Vida junto ao estudante. A partir dessa definição, inicia-se o processo de elaboração de um Plano de Ação Pedagógico, para desenvolver habilidades de forma individual e/ou coletiva, de acordo com os Projetos de Vida. Este Plano deve estar amparado no Mapa de Aprendizagem estabelecido para essa Proposta Pedagógica. É nessa fase que também se inicia a construção de um Portfólio. Torna-se importante ressaltar que a experiência piloto revelou que essa é fase mais demorada da metodologia, podendo se estender até 12 meses dependendo de cada estudante e/ou turma.

1.3.1 Definição do Projeto de Vida e/ou indicações para outros serviços

Para definir um Projeto de Vida, é importante pensar onde se quer chegar em um período determinado de vida, prevenindo, para cada Projeto, princípio, meio e fim. Essa definição deve ter uma relação direta com a busca e o sentimento de felicidade, identificando que a procura pela concretização de Projetos de Vida está ligada a sentimentos de satisfação, bem-estar e felicidade (GONÇALO, 2016). A definição do Projeto de Vida é

pessoal e deve ser realizada por meio da escuta do estudante, levando em consideração o seu protagonismo. A participação da família e dos parceiros da comunidade é complementar, no sentido de trazer elementos que auxiliem na compreensão desses desejos, adequando-os à realidade e ao contexto em que a PcDI vive e assegurando que a Proposta Pedagógica se efetive. Portanto, torna-se necessário, no momento da definição do Projeto de Vida, realizar uma reunião com a família juntamente com o estudante para que os familiares fiquem cientes do trabalho pedagógico que será realizado com base no Projeto de Vida definido por ele. Cabe ressaltar a necessidade de investigar e propor reflexões, junto ao estudante, acerca da definição de seus Projetos de Vida, reconhecendo aquilo que traz, por meio de suas experiências de vida, considerada a realidade em que vive, mas não deixando que esses projetos sejam definidos e permaneçam circunscritos às atividades da vida diária e da vida prática. É preciso ir além nesse processo investigativo, refletindo junto com ele o sentido desses Projetos para sua vida, ou seja, como os Projetos definidos podem ajudar a transformar sua vida do ponto de vista social e quais as possibilidades identitárias que podem ser construídas por meio dos aprendizados propostos nesse Programa.

IMPORTANTE

Caso o(a) estudante apresente, nessa etapa, o desejo de ser incluído(a) no mercado de trabalho ou que se perceba, a partir de todos os dados coletados, que o(a) estudante não tem um Projeto de Vida definido e/ou que apresenta outras demandas (cuidado e autocuidado; isolamento social, etc.) que não se adequem à centralidade do Programa, ele(a) deverá ser encaminhado(a) a outros serviços da instituição.

1.3.2 Elaboração do Plano de Ação Pedagógico – Mapa de Aprendizagem – Anexo VI

O Plano de Ação Pedagógico (PAP) é considerado um instrumento de extrema importância para o planejamento e a avaliação do trabalho pedagógico do(a) professor(a). Permite a descrição, o planejamento e o acompanhamento das habilidades centrais (aquelas que são fundamentais e que podem contribuir diretamente com o Projeto de Vida do estudante) e das habilidades secundárias (aquelas que podem contribuir de forma indireta para o Projeto de Vida do estudante) que

devem ser desenvolvidas, levando em consideração o Mapa de Aprendizagem e o Projeto de Vida de cada um. Esse Plano deve ser individual e elaborado pelo(a) professor(a), após o preenchimento do Perfil do Estudante. Após sua elaboração, deve ser revisto trimestralmente ou semestralmente, com o intuito de avaliar o planejamento inicial. Esse protocolo deve conter o prazo estabelecido para o desenvolvimento das habilidades descritas e, no final do trimestre ou semestre, deve ser colocado o resultado, explicitando se o estudante alcançou ou não as habilidades pretendidas. Além disso, o Plano deve conter informações a respeito do uso de recursos de tecnologia assistiva que poderão auxiliar o desenvolvimento das atividades pedagógicas, caso o estudante deles necessite, como também, a rotina que foi planejada para o desenvolvimento das habilidades relacionadas aos Projetos de Vida e as ações que podem potencializar esse trabalho. Esse protocolo é fundamental para a elaboração das atividades pedagógicas que deverão ser descritas no Plano Semanal de Atividades Práticas, contribuindo para o raciocínio do(a) professor(a) no que diz respeito à elaboração dos agrupamentos dos estudantes.

1.3.3 Plano de atividades práticas: desenvolvimento das habilidades centrais e secundárias – Anexo VII

Esse instrumento é recomendado para nortear a atuação do(a) professor(a) em relação ao planejamento e à execução das atividades pedagógicas. Portanto, deve ser preenchido pelo(a) professor(a), semanal ou quinzenalmente, contendo as seguintes informações: a data e o local em que a atividade pedagógica será desenvolvida, podendo descrever o horário, caso necessário; descrição das habilidades que serão trabalhadas em cada atividade proposta, detalhando se a habilidade é central ou secundária e relacionando a atividade com o nome dos estudantes que dela participarão. Finalmente, é necessário fazer uma breve descrição da atividade planejada para esse dia, lembrando que esta deve estar focada no desenvolvimento de habilidades pautadas no Mapa de Aprendizagem, relacionado com o Projeto de Vida de cada estudante. Ao elaborar esse Plano, é importante que o(a) professor(a) contemple todos os estudantes que estarão presentes na turma naquele dia, mesmo que as habilidades não sejam centrais para todos.

Nesta fase da metodologia denominada Identificação e Desenvolvimento de Habilidades, algumas atividades descritas no Plano delineado podem ser desenvolvidas na comunidade, com parceiros externos, conforme já foi descrito. Portanto, recomendamos que cada instituição se responsabilize por fazer um Termo de Parceria.

Termo de adesão para os parceiros da comunidade (opcional): sugerimos que esse termo seja elaborado pelos responsáveis da instituição e/ou pelo Setor Jurídico a fim de assegurar e resguardar as Apaes, para que não haja desvirtuamento de sua finalidade.

IMPORTANTE

Não devemos propor que toda a turma participe de uma determinada atividade ou aula de um parceiro (comunidade/instituição), se a proposta não estiver diretamente ligada ao desenvolvimento de habilidades centrais e secundárias relacionadas aos Projetos de Vida dos estudantes.

1.3.4 Construção inicial do Portfólio

O Portfólio pode ser elaborado e apresentado de diferentes maneiras, ou seja, impresso ou digital, utilizando vários recursos: pastas (catálogo com plásticos), em formato de livro encadernado, gravado em CD-ROM ou pendrive e até em forma de revistas, jornais, dentre outros modelos. É necessário que sua estrutura seja composta de uma capa com identificação do Programa e do estudante e, além disso, traga informações a respeito do trabalho desenvolvido em relação ao Projeto de Vida do sujeito, sendo esse ilustrado com fotos e/ou imagens. Essas podem ser exemplificadas, fazendo a relação com as habilidades centrais e secundárias que foram desenvolvidas. O(A) professor(a) pode também destacar os eventos ou resultados mais relevantes ocorridos durante o acompanhamento do processo individual do estudante por parte dele(a) e da equipe pedagógica.

IMPORTANTE

Recomenda-se que o(a) professor(a) preencha uma lista de presença com a finalidade de registrar a frequência dos estudantes participantes das atividades individuais e coletivas. É importante registrar a presença dos estudantes diariamente, para aferir posteriormente se a frequência ou infrequência interferiu na aquisição de novas habilidades relacionadas ao Projeto de Vida de cada estudante. Iremos disponibilizar no Anexo XIX uma ficha modelo para esse registro e no Anexo X uma ficha de desligamento do Programa, caso seja necessário.

2. 2ª Etapa - Validação de Saberes

Essa fase é marcada pela análise do Plano de Ação Pedagógico e tem o intuito de verificar as habilidades adquiridas e se estas atenderam aos requisitos da certificação. É preciso analisar se existem lacunas que sinalizam a necessidade de desenvolver novas habilidades relacionadas ao Projeto de Vida dos estudantes. Nessa fase podem ser reaplicadas as escalas padronizadas, caso seja necessário. Além disso, também é elaborado o Relatório Final do estudante (Anexo VIII). É um documento descritivo, que tem como finalidade registrar as evoluções e as novas habilidades (centrais e secundárias) adquiridas pelo sujeito, no decorrer da realização do Plano de Ação Pedagógico. Esse documento descreve como se deu o relacionamento do estudante com o(a) professor(a), com o grupo e com os parceiros, como foi a participação da família e a participação dele nas atividades desenvolvidas na comunidade, além dos desafios

encontrados durante a execução do trabalho proposto. Esse protocolo é de responsabilidade do(a) professor(a), e os registros são provenientes do acompanhamento de todo o período em que o estudante permanece no Programa, sendo elaborado em coerência com o Projeto de Vida, de modo individual para cada estudante no final dessa etapa.

Torna-se importante ressaltar que a experiência piloto revelou que essa fase juntamente com a próxima, denominada Certificação, poderá se estender de 6 a 8 meses, dependendo de cada estudante e/ou turma.

IMPORTANTE

Recomenda-se que todos os documentos elaborados e preenchidos pelo professor(a) sejam assinados por ele(a) e pelo(a) supervisor(a)/diretor(a).

3. 3ª Etapa - Certificação de Saberes

A última etapa consiste na apresentação do Portfólio e na realização do processo de certificação dos saberes adquiridos em relação ao Projeto de Vida do estudante.

A Certificação deverá ser emitida pela própria instituição, quando o estudante adquirir as habilidades previstas no Plano de Ação Pedagógico e/ou ao término do tempo previsto (máximo 2 anos) para realização do Programa de Educação ao Longo da Vida.

Essa última etapa é considerada a finalização do processo de Reconhecimento de Saberes. Uma vez concluída, é emitido, pela instituição educacional, um certificado de caráter social, descrevendo os saberes que o estudante adquiriu, com base no Mapa de Aprendizagem e relacionados ao seu Projeto de Vida. Assim, é realizada uma reunião com os familiares e os estudantes, na tentativa de refletir como cada sujeito se transformou socialmente e as mudanças identitárias ocorridas durante o processo de aprendizagem em relação ao seu Projeto de Vida.

“O incentivo, o acreditar, o valorizar são sempre muito bem -vindos para quem está em uma fase de aprendizagem para a vida. Ele gosta muito e tem demonstrado muito interesse pelo Projeto de Educação ao Longo da Vida. As atividades o fazem se sentir realizado. Volta sempre para casa falando como foi o dia e contando das novidades e tarefas que foram desenvolvidas. As atividades são realizadas de acordo com suas limitações... Mas tem progredido muito. O Projeto de Educação ao Longo da Vida tem um grande valor, para nós, familiares, e para os alunos, pois este abre um novo horizonte, cria oportunidade de vivenciarem coisas que, no dia a dia, não teriam acesso. Mostra a eles que são capazes de executar diversas atividades.”

Depoimento de uma irmã de um dos estudantes participantes do Projeto Piloto de ELV.

A experiência advinda do Projeto Piloto indicou algumas diretrizes que devem ser consideradas na implantação do Programa de ELV na Rede Mineira das Apaes:

- Reconhecer a PcDI que necessita de apoios intermitentes e limitados, com base no Modelo Social da Deficiência, que valoriza esse sujeito como um ser social, que necessita ser respeitado como cidadão, com direitos e deveres de participação na sociedade;
- Seguir os princípios teóricos e metodológicos (Metodologia de Reconhecimento de Saberes) propostos no documento, a fim de desenvolver a centralidade desse Programa, que consiste no aprendizado de novas habilidades e na certificação de saberes, de acordo com o(s) Projeto(s) de Vida dos jovens e adultos com Deficiência Intelectual;
- Investigar e definir o(s) Projeto(s) de Vida com o estudante, por meio de uma escuta qualificada em relação aos seus interesses e aspirações, levando em consideração os elementos culturais, sociais e políticos do contexto em que vive. O Projeto de Vida deve proporcionar ao estudante um ganho emancipatório, possibilitando uma transformação social e mudanças identitárias;
- Implantar esse Programa no Setor da Educação das Apaes, por se tratar de uma proposta pedagógica. Essa proposta da ELV não deve ser considerada continuidade do percurso escolar da Escola Especial, não substitui a escolaridade obrigatória e não se deve permanecer com o estudante durante toda a vida nessa proposta, já que esta tem princípio, meio e fim;
- Informar à família e à PcDI as diretrizes do Programa de ELV;
- Realizar essa proposta no contraturno para estudantes que estejam no processo de escolarização;
- Planejar a carga horária do estudante, de acordo com o Plano de Ação Pedagógico, relacionado ao Projeto de Vida de cada sujeito, visando ao desenvolvimento de habilidades centrais e secundárias, de forma individual e/ou coletiva, nos agrupamentos propostos;
- Planejar os agrupamentos com base na similaridade dos Projetos de Vida dos estudantes e no planejamento das habilidades descritas no Plano de Ação Pedagógico;
- Elaborar um Plano de Ação Pedagógico em consonância com o Mapa de Aprendizagem, a partir dos interesses e das necessidades de apoio aos estudantes em relação ao(s) seu(s) Projeto(s) de Vida, descrevendo o tempo previsto para o desenvolvimento das habilidades planejadas;

- Estruturar a Proposta Pedagógica de acordo com o(s) Projeto(s) de Vida, com base na realidade de vida do sujeito, bem como no respeito a seus princípios e valores;
- Possibilitar novas aprendizagens informais e não formais a partir dos conhecimentos já adquiridos durante a trajetória de vida do sujeito, possibilitando a participação e a inclusão deste na sociedade;
- Envolver a família e parceiros da comunidade na realização da Proposta Pedagógica;
- Reconhecer e certificar os saberes adquiridos em relação ao Projeto de Vida de cada estudante, respeitando os prazos estabelecidos para o desenvolvimento do Programa, que será de 6 meses até, no máximo, 2 anos.

Considerações Finais

Um dos grandes desafios do trabalho com as Pessoas com Deficiência Intelectual e especificamente nesse Programa de Educação ao Longo da Vida é permitir que essas pessoas tenham novas oportunidades de aprendizagem, acesso a experiências de vida que auxiliem a transformação de suas vidas do ponto de vista social, possibilitando-lhes o exercício pleno da cidadania.

Uma grande conquista foi o marco legal, que garantiu o direito de educação e de aprendizagem ao longo da vida para as PcDI. No entanto, organizar e implantar um programa que seja capaz de transcender da teoria para a prática não é uma tarefa fácil.

A presente Proposta Pedagógica coloca todos os envolvidos frente a uma perspectiva bastante desafiadora, pois percebe-se a necessidade de mudar o olhar que se tem da PcDI,

acreditando que ela é capaz, através da definição de seu Projeto de Vida, de desenvolver a consciência de si e do mundo que a cerca, desvelando e exercendo a sua expressividade, construindo novas possibilidades identitárias e seu papel na sociedade, na qual tem o direito de viver.

Nesse sentido, essa Proposta Pedagógica provoca uma (re)significação do olhar para esse sujeito, propondo ações que visem à sua emancipação e que superem o paradigma educacional tradicional, valorizando a escuta desse estudante, o reconhecimento e a certificação de saberes de acordo com seu Projeto de Vida, por meios formais, não formais e informais, possibilitando a sua formação humana e tornando-o capaz de conviver, de aprender a aprender, de fazer e de realizar-se como cidadão.

Referências

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES- AAIDD. Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports. Washington, DC: AAIDD, 2010.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE RETARDO MENTAL - AAMR. Retardo mental – definição, classificação e sistemas de apoio (2002). 10ª edição. (Tradução Magda França Lopes). Editora: ARTMED, Porto Alegre, 2006.

BEZERRA, S. S. O sentir do trabalho para pessoa com deficiência intelectual. Belo Horizonte, Fino Traço, 2017.

BORGES, F. A. F. Educação do indivíduo para o século XXI: o relatório Delors como representação da perspectiva da UNESCO. Revista LABOR, nº16, v.1, 2016.

BORDIGNON, G. Educação ao longo da vida: reconhecimento e certificação de saberes. In: BRASIL. Coletânea de textos CONFITEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Coletânea de textos CONFITEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas / Organizado por Paulo Gabriel Soledade Nacif, Arlindo Cavalcanti de Queiroz,

Lêda Maria Gomes e Rosimere Gomes Rocha. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. --Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) /Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Diário Oficial da União, Brasília. 2018.

BRASIL. Resolução CEE nº 460 de 12 de dezembro de 2013. Consolida normas sobre a Educação Especial na Educação Básica, no sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, e dá outras Providências. Conselho Estadual de Educação, Minas Gerais, 2013.

BRASIL. Parecer nº 610 de 2018. Aprecia o Projeto Educação ao Longo da Vida para pessoas com deficiência intelectual. Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Aprovado em 2 de agosto de 2018.

BRASIL. Diretrizes do Programa de Ensino Integral. Escola de Tempo Integral. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. ICE. SEE/SP, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.852 de 2013. Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude -SINAJUVE. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Presidência da República. Secretaria Geral. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

CARVALHO, E.N.D. de. Deficiência Intelectual: conhecer para intervir. Revista Pedagogia em Ação. PUC Minas. v.8, n.2. Edição Especial – Dossiê. 2016.

COMISSÃO EUROPEIA. Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida. Bruxelas. Disponível em: www.eu.int/comm/education/III/life/memo.pdf, 2000.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 2010.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1996.

GONÇALO, M. F. Projetos de vida, felicidade e escolhas profissionais de jovens brasileiros: um estudo na perspectiva da teoria dos modelos organizadores do pensamento. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 60, dez, 1997.

LOSADA PUENTE, L.; PEREIRA, A. P.S.; ALMEIDA, L.S.; MUÑOZ-CANTERO, J.M. Escala de avaliação da autodeterminação ARC-INICO-PT (versão em português), 2015.

MARTINS, M. H.; BORDIGNON, G.; AGUIAR, E. Reconhecimento de Saberes na Educação de Jovens e Adultos. In: BRASIL. Ministério da Educação. Coletânea de textos CONFIN-TEA Brasil +6: tema central e oficinas temáticas. Brasília: MEC, 2016.

MEDEIROS, L. A. Reconhecimento, Validação e Certificação de Saberes Experienciais: desafios para a formação continuada e as relações de trabalho. Trabalho e Educação, Belo Horizonte, v.23, n.3, p. 13-30, set-dez, 2014.

MEIRELLES, M. C. B.; DAINESE, R.; FRISO, V. A Educação Especial no contexto italiano: o projeto de vida, da escola à vida adulta. Revista Educação Especial, v. 30, n. 57. Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil. 2017.

NASCIMENTO, P. I. Educação e Projeto de vida de adolescentes do ensino médio. EccoS Revista Científica, nº. 31, mai/ago, 2013, pp. 83-100 Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil.

PLESTCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU/EDUR, 2010.

RIBEIRO, M. A. A influência psicossocial da família e da escola no projeto de vida no trabalho dos jovens. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v.5, nº 1, São João del-Rei, jan./jul. 2010

RODRIGUES, M. M.; CAVALHEIRO, J. V. CONFITEA VI e as políticas de educação para jovens e adultos em Santa Catarina. Revista PerCursos. Florianópolis, v.16, n.31, p.137-158, maio/ago. 2015.

SANTOS, F. H. dos; ANDRADE, V. M.; BUENO, O.F.A. Envelhecimento: um processo multifatorial. *Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 14, n. 1, p. 3-10, jan./mar. 2009.

TORRES, M. A autodeterminação de adolescentes e adultos com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais. Dissertação de Mestrado em Reabilitação Psicomotora. Universidade de Lisboa, 2015.

UNESCO. Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos. Brasília: UNESCO, 2010.

Anexos

Anexo I —Ficha de matrícula	91
Anexo II —Roteiros de entrevista	93
Anexo III —Inventário de Habilidades Escolares	96
Anexo IV —Escala de Avaliação de Autodeterminação	100
Anexo V —Perfil do estudante	106
Anexo VI —Plano de Ação Pedagógico	107
Anexo VII —Plano de atividades práticas	110
Anexo VIII —Relatório Final do estudante	111
Anexo XIX —Ficha de Presença dos Estudantes	112
Anexo X —Ficha de Desligamento da ELV	113



EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA (ELV)

FICHA DE MATRÍCULA



Instituto de Ensino e Pesquisa
Darci Barbosa

Nome do responsável: _____ Grau de parentesco: _____

IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE	
NOME COMPLETO: Apelido (caso seja relevante):	
DATA DE NASCIMENTO: __/__/____	SEXO: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino
RG: _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _	ÓRGÃO: _____ UF: _ _
DATA DE EMISSÃO: __/__/____	CPF: _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
TIPO DE DEFICIÊNCIA: <input type="checkbox"/> intelectual <input type="checkbox"/> autismo <input type="checkbox"/> múltipla <input type="checkbox"/> física <input type="checkbox"/> auditiva <input type="checkbox"/> visual <input type="checkbox"/> outra:	
RAÇA/COR: <input type="checkbox"/> branco <input type="checkbox"/> preto <input type="checkbox"/> amarelo <input type="checkbox"/> pardo <input type="checkbox"/> outro (a):	
NOMES DOS RESPONSÁVEIS: 1 _____ Parentesco _____ CONTATO: () _____ - _____ 2 _____ _____ Parentesco _____ CONTATO: () _____ - _____	
CUIDADOR FAMILIAR: _____	DATA DE NASCIMENTO: __/__/____
PARENTESCO DO CUIDADOR FAMILIAR: <input type="checkbox"/> pai <input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> irmã(o) <input type="checkbox"/> avó(ô) <input type="checkbox"/> outro: _____	
ENDEREÇO: _____	Nº _____ COMPLEMEN-
TO: _____	BAIRRO: _____
MUNICÍPIO: _____	UF: _____ CEP: _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
É BENEFICIÁRIO(A) DE ALGUM PROGRAMA OU BENEFÍCIO: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Qual? _____	
AUTORIZAÇÃO DE DIREITOS DE USO DE IMAGEM: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
AUTORIZAÇÃO PARA SAÍDAS E ATIVIDADES EXTERNAS: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	

TEM CURATELA? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não NOME DO(A) CURADOR(A) _____ TELEFONES DE CONTATO: <input type="checkbox"/> _____-_____ <input type="checkbox"/> _____-_____ 		
ESCOLARIDADE (ASSINALE COM CO=COMPLETA I=INCOMPLETA, C=CURSANDO) <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Educação Infantil <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental I <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental II <input type="checkbox"/> EJA Anos Iniciais <input type="checkbox"/> EJA Anos Finais <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Ensino Superior		
ATUALMENTE FREQUENTA ALGUM SERVIÇO? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Quais? _____ <input type="checkbox"/> Assistência Social <input type="checkbox"/> Educação <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Outros:		
QUAL(IS) PRINCIPAL(IS) FORMA(S) DE COMUNICAÇÃO QUE UTILIZA? INDIQUE F=FLUENTE, B=BOA, RA=RAZOÁVEL, R=RUIM, APENAS PARA OS TIPOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS. <input type="checkbox"/> oral <input type="checkbox"/> escrita <input type="checkbox"/> LIBRAS <input type="checkbox"/> BRAILLE <input type="checkbox"/> gestual <input type="checkbox"/> outra: _____		
FAZ USO CONTÍNUO E/OU CONTROLADO DE ALGUM TIPO DE MEDICAMENTO? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Qual(is)? _____ _____		
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES(Condições socioeconômicas, estruturação familiar, restrição alimentar, alergias, etc)		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL OU FAMILIAR	DATA DA MATRÍCULA ____/____/____



EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
PARA O ESTUDANTE



ESTUDANTE: _____

DATA: ___/___/___

1. O que você faz no dia a dia (Apae, escola, casa, comunidade)? E nos fins de semana? Das coisas que você faz, o que mais gosta? E o que não gosta de fazer?

2. Você tem amigos? Você sai com eles? O que fazem juntos (esporte, bares, shopping, cinema e festa)? Você sai com outras pessoas (tios, primos, irmãos, vizinhos)? Dessas pessoas, qual você mais gosta? E tem alguém que você não gosta?

3. Você anda sozinho pela cidade? Onde geralmente você vai? Você vai a pé, de ônibus ou carro? Alguém vai com você? Antes de ir para um local novo, você pede ajuda ou pergunta o endereço e pede informações do local?

4. Você recebe benefício? Quem cuida do seu dinheiro? Você faz compras? O que geralmente gosta de comprar?

5. Em casa, você ajuda nas tarefas domésticas? Ajuda os seus pais/familiares? O que faz? Tem alguma atividade que tem dificuldade?

6. Você consegue cuidar da sua higiene pessoal sozinho?(tomar banho, lavar a cabeça,

escovar os dentes). Precisa da ajuda de alguém? Quem geralmente te ajuda? Como essa pessoa te ajuda?

7. Você escolhe sua roupa e sua comida? Você participa de atividades na comunidade (grupo de jovens, grupo de capoeira, etc.)? E na Instituição(APAE)?

8. Tem alguma atividade que gostaria de fazer e não faz? Por que não faz? Tem alguma atividade que faz e precisa de ajuda de alguém? Quem geralmente te ajuda?

Como essa pessoa te ajuda?

9. Quando você está com algum problema, você consegue resolver sozinho ou precisa de ajuda de alguém? O que você faz para resolver?

10. Você escreve e-mail, cartas, usa o telefone, computador, celular e/ou tablet no dia a dia? Para quem você liga ou manda e-mail?

11. Tem alguma coisa que gostaria de aprender? Ou fazer? Você acha que sua família e/ou as pessoas podem te ajudar? Quem poderia te ajudar?

12. E o futuro? O que você quer/pensa para seu futuro (casar, namorar, trabalhar, aprender a fazer algo)? O que gostaria para a sua vida nos próximos anos? Como que você acha que pode conseguir isso? Quem pode te ajudar?



EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA (ELV)

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS FAMILIARES/RESPONSÁVEIS



RESPONSÁVEL/ FAMILIAR: _____
ESTUDANTE: _____

DATA: ___/___/_____

- 1. Fale um pouco sobre o(a) seu(sua) filho(a)? O que ele(a) gosta de fazer? O que ele(a) não gosta?**
- 2. Convive bem com as pessoas (familiares, amigos, vizinhos)? Tem alguém que ele(a) tem dificuldade de se relacionar? Quem são as pessoas que mais convive com ele(a)? Ele(a) tem amigos? Você tem alguma dificuldade de lidar com ele(a)?**
- 3. Conte um pouco sobre as atividades que ele(a) consegue fazer no dia a dia. Tem alguma atividade que ele(a) não consegue fazer?**
- 4. Recebeu algum diagnóstico? Conte um pouco da história, desde o nascimento.**
- 5. Faz algum atendimento (clínico, escolar)? Tomava ou toma alguma medicação? Qual?**
- 6. É independente nas atividades do dia a dia (alimentação, vestuário, higiene)? Consegue ficar sozinho(a) em casa? Ajuda nas atividades/tarefas domésticas?**
- 7. Recebe benefício? Consegue lidar com dinheiro e fazer compras? Consegue andar pela cidade sozinho(a) e utilizar os serviços públicos (postos de saúde, etc)**
- 8. Conte um pouco como é a rotina dele(a).**
- 9. O que espera para o futuro dele(a)? Você sabe se ele(a) tem sonhos? Se sim, você acredita que ele(a) um dia possa conseguir realizar esse sonho? Na sua opinião, você acha que ele(a) precisa de ajuda para atingir esse sonho? Quais pessoas que poderão auxiliá-lo?**
- 10. O que você acha que ele(a) quer para a sua vida nos próximos anos? Como você acha que ele(a) pode conseguir isso?**

INVENTÁRIO DE HABILIDADES ESCOLARES (PLETSCH, 2010)

NOME: _____				
IDADE: _____				
PROFESSOR(A): _____ DATA: __/__/__				
COMUNICAÇÃO ORAL				
HABILIDADES	REALIZA SEM SUPORTE	REALIZA COM APOIO	NÃO REALIZA	NÃO FOI OBSERVADO
1. Relata acontecimentos simples de modo compreensível.				
2. Lembra-se de dar recados após, aproximadamente, dez minutos.				
3. Comunica-se com outras pessoas usando um tipo de linguagem (gestos, comunicação alternativa) que não a oral.				
4. Utiliza a linguagem oral para se comunicar.				
LEITURA E ESCRITA				
HABILIDADES	REALIZA SEM SUPORTE	REALIZA COM APOIO	NÃO REALIZA	NÃO FOI OBSERVADO
5. Conhece as letras do alfabeto.				
6. Reconhece a diferença entre letras e números.				
7. Domina sílabas simples.				
8. Ouve histórias com atenção.				
9. Consegue compreender e reproduzir histórias.				
10. Participa de jogos, atendendo às regras.				
11. Utiliza vocabulário adequado para a faixa etária.				

12. Sabe soletrar.				
13. Consegue escrever palavras simples.				
14. É capaz de assinar seu nome.				
15. Escreve endereços (com o objetivo de saber aonde chegar).				
16. Escreve pequenos textos e/ou bilhetes.				
17. Escreve sob ditado.				
18. Lê com compreensão pequenos textos.				
19. Lê e segue instruções impressas, por ex., em transportes públicos.				
20. Utiliza habilidade de leitura para obter informações, por ex., em jornais ou revistas.				
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO				
HABILIDADES	REALIZA SEM SUPORTE	REALIZA COM APOIO	NÃO REALIZA	NÃO FOI OBSERVADO
21. Relaciona quantidade ao número				
22. Soluciona problemas simples				
23. Reconhece os valores dos preços dos produtos.				
24. Identifica o valor do dinheiro.				
25. Diferencia notas e moedas.				
26. Sabe agrupar o dinheiro para formar valores.				
27. Dá troco, quando necessário, nas atividades realizadas em sala de aula.				
28. Possui conceitos como: cor, tamanho, formas geométricas, posição direita e esquerda, antecessor e sucessor.				
29. Reconhece a relação entre número e dias do mês (localização temporal).				

30. Identifica dias da semana.				
31. Reconhece horas.				
32. Reconhece horas em relógio digital.				
33. Reconhece horas exatas (em relógio com ponteiros).				
34. Reconhece horas não exatas (meia hora ou sete minutos, por exemplo), em relógio digital.				
35. Reconhece horas não exatas em relógio com ponteiros.				
36. Associa horários aos acontecimentos.				
37. Reconhece as medidas de tempo (ano, hora, minuto, dia, semana etc.).				
38. Compreende conceitos matemáticos, como dobro e metade.				
39. Resolve operações matemáticas (adição ou subtração) com apoio de material concreto.				
40. Resolve operações matemáticas (adição ou subtração) sem apoio de material concreto.				
41. Demonstra curiosidade. Pergunta sobre o funcionamento das coisas.				
42. Gosta de jogos envolvendo lógica, como quebra-cabeça e charadas, entre outros.				
43. Organiza figuras em ordem lógica.				
INFORMÁTICA NA ESCOLA				
HABILIDADES	REALIZA SEM SUPORTE	REALIZA COM APOIO	NÃO REALIZA	NÃO FOI OBSERVADO
44. Usa o computador com relativa autonomia (liga, desliga, acessa arquivos e programas).				
45. Sabe usar o computador e internet quando disponibilizado na escola.				

OBSERVAÇÕES SOBRE:

Desenvolvimento cognitivo:

Relacionamento social:

Dificuldades encontradas:

Possibilidades observadas:

Há quanto tempo está na escola:

Aprendizagens consolidadas (currículo escolar):

Objetivo para este aluno:

Fonte: Pletsch e Glat (2013, p. 28-31)



ESCALA DE AVALIAÇÃO DE AUTODETERMINAÇÃO



Tradução livre e adaptação da **Escala ARC-INICO de Evaluación de la Autodeterminación** (Verdugo et al., 2014)

POR FAVOR, ANTES DE APLICAR PREENCHA A SEGUINTE FICHA DE DADOS:

DADOS PESSOAIS DA PESSOA AVALIADA

NOME:

GÊNERO: Feminino Masculino

IDADE: _____ **DATA DE NASCIMENTO:** __/__/_____

DIAGNÓSTICO: _____

DATA DE APLICAÇÃO: __/__/_____

DADOS DO PERCURSO DE FORMAÇÃO DA PESSOA AVALIADA

Ensino Fundamental

EJA Anos Iniciais

EJA Anos Finais

Ensino Médio

Trabalho, Emprego e Renda (Emprego Apoiado)

Centro Dia (Assistência Social)

Escola de Formação de Autodefensores

Outros: _____

Dando prosseguimento, vamos encontrar uma série de frases agrupadas em quatro seções. Antes de começar, leia atentamente as instruções que se encontram em cada uma das seções.

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.

SEÇÃO – 1: AUTONOMIA

INSTRUÇÕES:

A seguir, apresentamos uma série de situações. Para cada questão há 3 alternativas de resposta, que são descritas nos itens 1, 2 e 3. Escolha a alternativa que melhor reflete a forma como você atua nessas situações e marque-a com uma cruz.

Lembre-se que não existem respostas boas ou más. Cada resposta reflete apenas uma forma diferente de pensar e de atuar. Não deixe nenhuma pergunta sem resposta.

	1	2	3
1. Eu nunca faço, mesmo quando tenho oportunidade;			
2. Eu faço às vezes, quando tenho oportunidade;			
3. Eu faço sempre que tenho a oportunidade.			
1. Eu mesmo preparo minha comida. (Ex.: lanche, almoço etc.)			
2. Eu mesmo cuido da minha roupa.			
3. Faço algumas tarefas de casa.			
4. Organizo as minhas coisas.			
5. Se fico doente ou me machuco, sei o que fazer para resolver			
6. Cuido da minha aparência e faço minha higiene pessoal.			
7. Utilizo o transporte público.			
8. Quando vou a restaurantes ou bares, eu mesmo peço o que quero comer ou beber.			
9. Quando combino com meus amigos, sei onde é o encontro e chego pontualmente.			
10. Nos fins de semana faço atividades que eu gosto.			
11. Participo das atividades organizadas pela escola (excursões, apresentações, encontros esportivos, etc.)			
12. Escrevo cartas, SMS, e-mails ou telefone para meus amigos e familiares.			
13. Escuto a música que eu gosto.			
14. Vou ao cinema, concertos e baladas ou outros tipos de lazer.			

15. Faço planos sobre meu futuro (sobre o que eu gostaria de ser quando for maior de idade, o que gostaria de fazer quando terminar a escola, etc)			
16. Na escola ou no meu tempo livre faço aquelas atividades que eu gostaria de fazer.			
17. Trabalho ou quero trabalhar para ganhar dinheiro.			
18. Quando me interesso por um trabalho, pergunto às pessoas sobre este trabalho, ou visito onde ele é realizado.			
19. Escolho minhas roupas e acessórios que vou usar.			
20. Eu escolho como quero pentear ou cortar o cabelo.			
21. Eu mesmo escolho os presentes para minha família e amigos.			
22. Decoro minha própria casa.			
23. Utilizo meu tempo livre em atividades que me interessam			
24. Na escola faço somente as atividades que irão me ajudar a trabalhar no futuro			
25. Eu decido como gastar meu dinheiro.			

Pontuação Direta Total de Autonomia

SEÇÃO – 2: AUTOGESTÃO

INSTRUÇÕES:

Leia cada frase a seguir cuidadosamente. Pense se a frase descreve sua forma de ser e de pensar. Para cada situação há 4 alternativas de respostas. Marque com uma cruz a alternativa que melhor descreve a sua forma de ser e de pensar.

Lembre-se que não existem respostas boas ou más. Cada resposta reflete apenas uma forma diferente de pensar e de atuar. Escolha SOMENTE aquela que você acredita que o descreve melhor.

1. Não estou nada de acordo;				
2. Não estou de acordo;				
3. Estou de acordo;				
4. Estou totalmente de acordo;				
	1	2	3	4
26. Quando faço uma tarefa (por ex. os deveres, almoço, etc.) avalio o resultado porque acredito que isto me ajudará na próxima vez.				

27. Sonho sobre como será minha vida depois que sair da escola.				
28. Depois de fazer algo penso em como poderia fazê-lo melhor da próxima vez.				
29. Sei o que é importante para mim.				
30. Quero conhecer as diversas opções de trabalho que tenho antes de escolher.				
31. Quando faço as coisas, penso o que é melhor para mim.				
32. Antes de fazer as coisas, penso nas consequências que podem acontecer ou ocorrer.				
33. Gosto de planejar metas e objetivos na minha vida.				
34. Ao final do trimestre, comparo minhas notas com as que esperava obter.				
35. Antes de ir a uma rua nova, pergunto a direção ou olho o caminho no mapa.				
36. Geralmente, depois de fazer algo (por exemplo: fazer um favor a alguém), eu paro para pensar se fiz as coisas bem feitas.				
37. Quando quero ganhar notas boas, estudo muito para consegui-las.				

Pontuação Direta Total de Autogestão

SEÇÃO – 3: EMPODERAMENTO

INSTRUÇÕES:

Leia cada frase a seguir cuidadosamente. Pense se a frase descreve sua forma de ser e de pensar. Para cada situação há 4 alternativas de respostas. Marque com uma cruz a alternativa que melhor descreve a sua forma de ser e de pensar. Lembre-se que não existem respostas boas ou más. Cada resposta reflete apenas uma forma diferente de pensar e de atuar. Escolha SOMENTE aquela que você acredita que o descreve melhor.

1. Não estou nada de acordo;
2. Não estou de acordo;
3. Estou de acordo;
4. Estou totalmente de acordo;

	1	2	3	4
38. Quando tenho opiniões ou ideias diferentes dos outros, eu digo.				
39. Se alguém me faz algum mal, eu digo.				
40. Tomo minhas próprias decisões.				
41. Tenho que trabalhar duro para conseguir o que quero.				
42. Tenho capacidade de fazer o trabalho que eu quero.				
43. Sou capaz de trabalhar em equipe.				
44. Sei que se eu me preparar, conseguirei o trabalho que eu quero.				
45. Digo não, quando meus amigos me pedem que eu faça algo que eu não quero fazer.				
46. Quando eu penso que posso fazer algo, eu digo, mesmo que os outros não acreditam que posso fazer.				
47. Esforçar-me e trabalhar duro na instituição me ajudará a conseguir um bom trabalho.				
48. Continuo tentando as coisas mesmo quando me saio mal várias vezes.				
49. Quando tenho que escolher, sei fazer bem.				
50. Tenho facilidade de fazer amigos em situações novas.				
51. Quando necessário, consigo tomar decisões importantes para mim.				

Pontuação Direta Total de Empoderamento
--

SEÇÃO – 4: AUTOCONHECIMENTO

INSTRUÇÕES:

Leia cada frase a seguir cuidadosamente. Pense se a frase descreve sua forma de ser e de pensar. Para cada situação há 4 alternativas de respostas. Marque com uma cruz a alternativa que melhor descreve a sua forma de ser e de pensar.

Lembre-se que não existem respostas boas ou más. Cada resposta reflete apenas uma forma diferente de pensar e de atuar. Escolha SOMENTE aquela que você acredita que o descreve melhor.

1. Não estou nada de acordo;				
2. Não estou de acordo;				
3. Estou de acordo;				
4. Estou totalmente de acordo;				
	1	2	3	4
52. Me preocupa fazer as coisas mal feitas.				
53. É melhor ser eu mesmo do que agradar todo mundo				
54. Creio que as pessoas gostam de mim porque sou carinhoso.				
55. Sei quais as coisas que faço melhor.				
56. Aceito minhas limitações.				
57. Gosto de mim como eu sou.				
58. Creio que sou uma pessoa importante para minha família e meus amigos.				
59. Sei como compensar minhas limitações.				
60. Creio que as outras pessoas gostam de mim.				
61. Confio em minhas capacidades.				

Pontuação Direta Total de Autoconhecimento



EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA (ELV)



Instituto de Ensino e Pesquisa
Darci Barbosa

PERFIL DO ESTUDANTE

NOME DO(A) ESTUDANTE: _____
DATA DE NASCIMENTO: __/__/____
NOME DO(A) PROFESSOR(A): _____
<p>Com a finalidade de descrever as principais características do(a) estudante, você encontrará a seguir uma relação de itens que poderão orientá-lo na descrição das principais características do estudante, de acordo com sua observação.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Características pessoais do estudante: seu jeito de ser e de estar no mundo.2. Grau de autonomia e de independência nas atividades cotidianas.3. Gostos, aspirações, preferências, aptidões, habilidades esportivas, artísticas e culturais.4. Expectativa(s) do(a) estudante em relação ao Programa de Educação ao Longo da Vida.5. Síntese das entrevistas realizadas com o estudante e/ou responsáveis/familiares.6. Síntese das avaliações padronizadas: Inventário de Habilidades Escolares e Escala de Autodeterminação.7. Informações complementares (se houver)

DESCRIÇÃO DO PROJETO DE VIDA: _____

ASSINATURA DO(A) PROFESSOR(A): _____

DATA: __/__/____



EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA (ELV)

PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICO DO ESTUDANTE



**Instituto de Ensino e Pesquisa
Darci Barbosa**

DATA: ____/____/____
PERÍODO: Trimestral Semestral

NOME DO(A) PROFESSOR(A): _____
NOME DO(A) ESTUDANTE: _____
DATA DE INÍCIO DO PROJETO: ____/____/____
PROJETO DE VIDA: _____

HABILIDADES PLANEJADAS EM RELAÇÃO AO PROJETO DE VIDA

HABILIDADES CENTRAIS	MAPA DE APRENDIZAGEM	PRAZO PARA DESENVOLVER AS HABILIDADES(*)	RESULTADO ALCANÇOU (A) NÃO ALCANÇOU (NA)

HABILIDADES SECUNDÁRIAS	MAPA DE APRENDIZAGEM	PRAZO PARA DESENVOLVER AS HABILIDADES(*)	<u>RESULTADO</u> ALCANÇOU (A) NÃO ALCANÇOU (NA)

(*) Em dias, semanas ou meses.

USO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA: _____

ROTINA PLANEJADA

SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA

CARGA HORÁRIA APROXIMADA PARA ESTE ESTUDANTE: _____ h/semanais

OUTRAS AÇÕES QUE PRETENDE REALIZAR PARA AUXILIAR O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES: _____

ASSINATURA DO(A) PROFESSOR(A) RESPONSÁVEL: _____

EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA (ELV)

PLANO DE ATIVIDADES PRÁTICAS

PROFESSOR(A): _____

PERÍODO: ___/___/___ à ___/___/___

DIA	HORÁRIO	LOCAL	HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	HABILIDADES CENTRAIS PARA QUAL(IS) ESTUDANTE(S)?	HABILIDADES SECUNDÁRIAS PARA QUAL(IS) ESTUDANTE(S)?	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

ASSINATURA DO(A) PROFESSOR(A): _____

DATA: ___/___/___



EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA (ELV)

RELATÓRIO FINAL DO ESTUDANTE



Instituto de Ensino e Pesquisa
Darci Barbosa

NOME DO(A) ESTUDANTE: _____
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/_____
PROJETO DE VIDA: _____
PROFESSOR(A): _____

DESCRIÇÃO DOS SEGUINTE ITENS:

- Síntese das Habilidades Centrais e Secundárias (Conceituais, Socioemocionais e Práticas) desenvolvidas referentes ao Projeto de Vida do estudante.

- Relacionamento com o grupo e com o(a) professor(a).

- Relação entre o(a) estudante e os parceiros da instituição e/ou comunidade.

- Participação da família.

- Participação social nas atividades desenvolvidas na comunidade.

- Desafios encontrados.

ASSINATURA DO(A) PROFESSOR(A): _____

DATA: ___/___/____

EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA (ELV)

LISTA DE PRESENÇA DOS ESTUDANTES

MÊS: _____

	NOME DOS ESTUDANTES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
01																																	
02																																	
03																																	
04																																	
05																																	
06																																	
07																																	
08																																	

MÊS: _____

	NOME DOS ESTUDANTES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
01																																	
02																																	
03																																	
04																																	
05																																	
06																																	
07																																	
08																																	

ASSINATURA DO(A) PROFESSOR(A): _____



EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA (ELV)

PROTOCOLO DE DESLIGAMENTO



SOLICITO O DESLIGAMENTO DO(A) ESTUDANTE DO PROGRAMA DA ELV.

1. DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___

2. APAE: _____

3. NOME DO(A) ESTUDANTE: _____

4. PROFESSOR(A): _____

5. NOME DO(A) REPONSÁVEL/FAMILIAR: _____

Motivo do desligamento:

Abandono

Número excessivo de faltas

Mudança de endereço/ cidade

Inclusão no mercado de trabalho

Óbito

Desinteresse familiar

Dificuldade de acesso à instituição

Encaminhamento para outro setor da instituição. Qual: _____

Mudança de Projeto de Vida

Outros. Qual(is): _____

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) responsável pelo(a) estudante

Assinatura do(a) diretor(a) da escola
